

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Plinio Henrique Skowronski Junior

**O caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia nas suas crises políticas?**

DOURADOS  
Novembro, 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Plinio Henrique Skowronski Junior

**O caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia nas suas crises políticas?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Dra. Déborah Silva do Monte.

DOURADOS  
Novembro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S628c Skowronski Junior, Plinio Henrique

O caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia nas suas crises políticas?

[recurso eletrônico] / Plinio Henrique Skowronski Junior. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Déborah Silva do Monte.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Nação. 2. Nacionalismo. 3. Crise política. 4. Federalismo. I. Monte, Déborah Silva Do. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 29 de novembro de 2021, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Plinio Henrique Skowronski Junior** tendo como título "**O caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia nas suas crises políticas?**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Déborah Silva do Monte** (orientadora), **Dra. Marilze Tavares** (examinadora), **Dr. Alfa Oumar Diallo** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **aprovado**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: **recomendação para publicação**.

Assinaturas:

**Dra. Déborah Silva do Monte**

Orientadora

**Dra. Marilze Tavares**

Examinadora

**Dr. Alfa Oumar Diallo**

Examinador

## AGRADECIMENTOS

À toda comunidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que esteve presente durante meu período como graduando. Em especial, a todo o corpo docente do curso de Relações Internacionais pelo conhecimento compartilhado durante as disciplinas e atividades de extensão e ensino.

À minha orientadora, Profa. Dra. Déborah Silva do Monte, pelas brilhantes orientações e perfeitos esclarecimentos. Aos integrantes da minha banca avaliadora, Profa. Dra. Marilze Tavares, pela disposição, interesse e companheirismo durante todo o tempo de estudos de língua francesa pelo Centro de Formação da UFGD e ao Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo pelo conhecimento, experiência e pelos os momentos compartilhados com todos pelos corredores da Faculdade de Direito e Relações Internacionais e também pela cidade de Dourados.

À minha família, primeiramente aos meus pais, Plínio e Suzana, pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos e pelo incentivo durante toda a vida. Aos meus avós, Fioravante e Ivone, pelo imenso suporte, pelo investimento em minha formação e pela confiança em mim depositada desde sempre. E às minhas saudosas irmãs, Beatriz, Bruna e Jaqueline.

A todos os colegas da IX Turma de Relações Internacionais, pelas amizades, experiências compartilhadas, crescimento em conjunto, mas principalmente pela união, e igualmente agradeço às minhas calouras que estiveram muito presentes durante a graduação.

Por fim, estendo meus agradecimentos a todos que contribuíram para a realização de meu intercâmbio na Bélgica, em especial às famílias Nicolaï, Meus e Colette, o qual possibilitou e influenciou a escolha deste tema e a composição dessa monografia.

## RESUMO

A presente monografia pretende responder ao seguinte questionamento: o caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia nas suas crises políticas? Por meio dos condicionantes históricos da Bélgica, seu caráter federalista, instituições políticas, modelo de democracia e, principalmente, seu sistema político atrelado às suas crises e à composição linguística do Estado, objetiva-se a resolução do problema através da relação com conceitos das Relações Internacionais e da Ciência Política, como nação, nacionalismo, federalismo e parlamentarismo. Desta forma, a partir da metodologia em uma abordagem qualitativa, demonstra-se que a nação belga é fragmentada devido aos sentimentos nacionalistas que a compõem e que influenciam na cisão partidária e nas reformas de Estado, deixando a cena política repleta de atores, os quais, devido às suas diferenças e delimitações, influenciam nas crises políticas no país.

Palavras-chave: Nação. Nacionalismo. Crise política. Federalismo.

## **ABSTRACT**

This monograph aims to answer the following question: does the non-monolithic character of Belgium as a nation influence its political crises? Through the historical conditions of Belgium, its federalist character, political institutions, model of democracy and, mainly, its political system linked to its crises and the linguistic composition of the State, the objective is to solve the problem through the connection with concepts of International Relations and of Political Science, such as nation, nationalism, federalism and parliamentarism. Thus, by following a methodology based on a qualitative and constitutive approach, it is shown that the Belgian nation is fragmented through the nationalist feelings that its composed which influence the party split and state reforms, leaving the political scene full of actors, which, due to their differences and boundaries, influence the political crises in the country.

Keywords: Nation. Nationalism. Political crisis. Federalism.

## RÉSUMÉ

Cette monographie entend répondre à la question suivante : le caractère non monolithique de la nation belge influence-t-il ses crises politiques ? À travers les conditions historiques de la Belgique, son caractère fédéraliste, ses institutions politiques, son modèle de démocratie et, principalement, son système politique lié à ses crises et à la composition linguistique de l'Etat, l'objectif est de résoudre le problème par le rapport aux concepts d'Internationale Relations et des Sciences Politiques, comme nation, nationalisme, fédéralisme et parlementarisme. Ainsi, à partir de la méthodologie dans une approche qualitative et constitutive, il est montré que la nation belge est fragmentée à cause des sentiments nationalistes qui la composent et qui influencent la scission des partis et les réformes de l'État, laissant la scène politique pleine d'acteurs, qui, en raison de leurs différences et de leurs frontières, influencent les crises politiques dans le pays.

Mots-clé: Nation. Nationalisme. Crise politique. Fédéralisme.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>10</b> |
| <b>1. CONCEITUAÇÃO.....</b>   | <b>14</b> |
| 1.1 A nação e a condição nacional.....  | 14        |
| 1.2 Forma de governo.....   | 17        |
| 1.3 Estado Unitário.....  | 18        |
| 1.4 Estado Federal.....   | 18        |
| 1.5 Modelo consensual de democracia.....  | 20        |
| 1.6 Parlamentarismo e a formação de coalizões.....  | 22        |
| <b>2. A CRIAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BELGA.....</b>                                 | <b>25</b> |
| 2.1 O início da Bélgica e a clivagem clerical/anticlerical.....                             | 26        |
| 2.2 A clivagem proprietários/trabalhadores.....   | 28        |
| 2.3 A clivagem linguística centro/periferia.....  | 30        |
| 2.4 As reformas de Estado e as configurações belgas.....                                    | 34        |
| 2.4.1 A primeira e a segunda reforma de Estado.....   | 35        |
| 2.4.2 A terceira e a quarta reforma de Estado.....  | 38        |
| 2.4.3 As duas mais recentes reformas de Estado.....   | 39        |
| 2.5 Nível federal.....  | 41        |
| <b>3. A NAÇÃO BELGA NÃO MONOLÍTICA ENQUANTO INFLUENCIADORA DE<br/>CRISES POLÍTICAS.....</b> | <b>43</b> |
| 3.1 A nação belga não monolítica.....   | 43        |
| 3.2 Os desdobramentos da cisão partidária.....  | 45        |
| 3.3 A crise de 652 dias.....  | 50        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>55</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>58</b> |

## INTRODUÇÃO

A criação do Estado da Bélgica e as reformas estatais, no decorrer de sua história, são caracterizadas pelas leis pautadas no uso dos idiomas oficiais. Ao possuir um complexo sistema governamental e ser repartido em regiões, comunidades e províncias, cada qual com suas respectivas competências, os habitantes se dividem, majoritariamente, nas regiões de Flandres, onde se encontra a comunidade linguística dos falantes do neerlandês, e na Valônia, onde vive a população francófona. Há também a região da capital Bruxelas, em que ambos idiomas são falados e uma pequena comunidade germanófona no leste do país ao lado da fronteira alemã.

A ideia de nação (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) permite a criação de um comportamento fiel dos cidadãos em relação ao Estado e seria composta por um compartilhamento de língua e território entre os cidadãos, por exemplo. Porém, isto não ocorre devido à divisão linguística do país, ou seja, o sentimento de pertencimento dos belgas é para com suas regiões e comunidades linguísticas.

O objetivo deste trabalho é verificar se o caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia nas suas crises políticas. Se confirmado, busca-se explicar o porquê e de que forma isso se desenvolve. As justificativas para este tema de pesquisa se dão em duas esferas: acadêmica e pessoal.

Um estudo sobre as crises políticas da Bélgica atreladas ao caráter não monolítico da nação torna-se relevante, pois o Estado sofreu de crises políticas e econômicas relacionadas à questão linguística do território. Têm-se como exemplos a crise política decorrente do conflito linguístico da área distrital de Bruxelas, Halle-Vilvoorde, que provocou a queda do governo por 541 dias a partir de 2010, e a crise política de 2018, com o voto de desconfiança na coalizão governamental após desentendimentos entre partidos na assinatura do pacto global sobre migração da ONU, se prolongando com a dificuldade de formar uma nova maioria após as eleições de 2019.

Sendo assim, analisar a complexa estrutura do Estado belga, caracterizado pelo federalismo, ou seja, descentralizado em várias entidades federais que possuem autonomia para agir de acordo com suas competências, parlamentarismo multipartidário e sentimentos nacionalistas de uma nação fragmentada, é essencial para entender como esses fatores influenciam no jogo político e na relação entre as Regiões e Comunidades linguísticas. Vale ressaltar que a região de Flandres é majoritária, economicamente mais desenvolvida e possui

partidos que apoiam sua autonomia na defesa da língua neerlandesa. Por outro lado, os habitantes da Valônia defendem as atuais fronteiras, como forma de benefício econômico.

É necessário apontar que a Bélgica possui um modelo de democracia consensual (LIJPHART, 2013), ou seja, busca abarcar as diferentes minorias no processo decisório a partir de negociações e concessões. Esta é uma das formas de se expressarem as diferentes clivagens que buscam representação política e tornam-se relevantes no processo decisório. Deste modo, demonstrar como esse modelo de democracia permite crises políticas é relevante para a comunidade acadêmica de forma a expandir os conhecimentos sobre ela.

Um estudo sobre Bélgica é justificado também pois em sua capital, Bruxelas, encontra-se a sede de instituições da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ao ser palco de importantes instituições internacionais, crises políticas devem ser evitadas para que o país não perca sua relevância enquanto ator europeu, causando impacto para o sistema internacional e as instituições europeias contemporâneas.

Ainda em termos acadêmicos, pelo fato do trabalho se tratar de conceitos como nação e nacionalismo, ele torna-se relevante também pela ausência de grandes pensadores do conceito ou estudos que revelem sua importância política. De acordo com Benedict Anderson, o nacionalismo era visto como uma “anomalia incômoda” (ANDERSON, 1983, p. 28) pelos teóricos marxistas que evitaram-no, retratando a dificuldade em lidar com o tema e a importância de reflexões sobre ele.

Em termos pessoais, a vontade de estudar sobre Bélgica, mais especificamente a questão linguística da Bélgica e a formação de sua sociedade, surgiu a partir de minha vivência no país durante onze meses nos anos de 2015 e 2016, ao realizar um intercâmbio cultural promovido pelo Rotary Internacional. Uma vez lá, foi possível perceber ao vivo as diferenças entre as regiões em termos territoriais e econômicos e a fragmentação linguística entre as comunidades, ambas apresentadas neste estudo. No contato diário com belgas francófonos do sul, na província de Liège na Região da Valônia, é nítida a rixa com os flamengos do norte e seu idioma, o que me despertou interesse em conhecer mais sobre a história belga e como esses grupos se organizavam na política. Neste sentido, algumas contribuições dessa pesquisa são feitas a partir de informações adquiridas durante esse período no país.

Além disso, outra motivação pessoal para escolha deste tema se encontra no desejo de utilizar os conhecimentos adquiridos em língua francesa durante o intercâmbio, consequentemente, escolhendo um país de língua francesa como objeto de pesquisa,

podendo-se utilizar de contribuições mais próximas à realidade da Bélgica através da leitura de obras de cientistas políticos belgas como Marc Hooghe e Kris Deschouwer.

A metodologia se fundamenta, principalmente, numa abordagem qualitativa e constitutiva, por meio do levantamento e análise bibliográfica e documental sobre o tema escolhido. Deste modo, a metodologia se desenvolve em algumas etapas. De início, é feito um estudo dos conceitos principais a partir da releitura de algumas obras estudadas durante a graduação, como é o caso de *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2008) e *Modelos de democracia* de Arend Lijphart (2003), dentre outros. Em seguida, é selecionada a literatura adequada ao tema seguida da realização de fichamentos.

O conjunto de referências deste trabalho é composto majoritariamente por literatura em francês e inglês devido à ausência de trabalhos científicos de língua portuguesa sobre a temática de nação e nacionalismo na Bélgica. Após buscas em portais científicos como *Periódicos Capes*, *SciELO*, e *Google Acadêmico* encontra-se uma das justificativas para este trabalho: a necessidade de literatura em língua portuguesa sobre a Bélgica, mais especificamente sobre suas crises atreladas a uma nação fragmentada.

Por consequência, a busca bibliográfica é realizada principalmente em francês e o trabalho possui como principais referências artigos encontrados na página de revistas francesas sobre assuntos de Ciência Política, *Pouvoirs* e *Persée*. Em seguida, é feito o levantamento e tabulação de dados e informações encontradas nas leituras relevantes à temática para então elaborar-se a análise dos resultados e a construção e a consolidação da parte escrita deste trabalho de conclusão de curso.

O desenvolvimento do trabalho se organiza numa divisão em três capítulos. No primeiro capítulo, encontra-se a explicação dos conceitos norteadores dessa obra, sendo eles nação, nacionalismo, federalismo, parlamentarismo e modelo consensual de democracia e é elaborada uma breve conexão com a realidade belga. No segundo capítulo é contextualizada a criação do Reino da Bélgica juntamente com suas configurações na cena política relacionadas às suas reformas de Estado e aos atores que a compõem na contemporaneidade. No terceiro e último capítulo, encontra-se a resolução do questionamento dessa pesquisa, por meio da relação entre os conceitos e a realidade belga, seguida por seus desdobramentos e exemplificação de seu papel em crises políticas, mais especificamente na crise que se inicia em 2018 se estendendo até o final de 2020. Portanto, são expostos os argumentos que comprovam que o caráter não monolítico da nação belga influencia suas crises políticas.

As considerações finais sucedem os três capítulos e apontam as principais conclusões e questionamentos levantados a partir da bibliografia, a qual é apresentada em seguida com a

relação das referências que a compõem. Sendo assim, após apresentados tema, problema, justificativas e metodologia nesta introdução, segue-se ao desenvolvimento.

## 1. CONCEITUAÇÃO

Para solucionar o problema apresentado nessa pesquisa, pretende-se relacionar alguns conceitos das Relações Internacionais e da Ciência Política ao objeto de estudo em questão. De início, uma análise sobre nação e nacionalismo é necessária para se compreender os significados e as implicações de uma nação belga, seus possíveis desdobramentos e a forma como eles possibilitam seu caráter não monolítico. Em seguida, conceitos como monarquia, federalismo e parlamentarismo serão apresentados de forma a caracterizar brevemente o funcionamento do sistema governamental do Reino da Bélgica. Além disso, a compreensão do que significa um modelo consensual de democracia é igualmente essencial para se entender se ele faz parte dos fatores influenciadores das recorrentes crises políticas do Estado.

Neste capítulo, autores como Benedict Anderson (2008), Daniel Elazar (1995) e Arend Lijphart (2003), terão suas obras utilizadas como referência pois são teóricos relevantes no estudo de nação, federalismo e democracia consensual, respectivamente, conceitos principais desta monografia. De forma a alcançar maiores aproximações com a realidade da Bélgica, autores que possuem obras sobre a política belga e/ou suas decorrentes crises também terão suas obras analisadas no panorama conceitual deste trabalho a seguir.

### 1.1 A nação e a condição nacional

A nação pode ser entendida como “uma comunidade política imaginada como sendo limitada, e ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 1983, p. 32). Pode-se dizer que ela é imaginada pelo fato de que seus membros, apesar de não se conhecerem ou saberem da história de seus semelhantes, possuem ideia de comunhão entre si. Benedict Anderson (1983) se relaciona com a ideia de Ernest Renan (1882)<sup>1</sup> ao afirmar que através do compartilhamento de muitas coisas em comum e o esquecimento de outras, encontra-se a essência da nação.

Em relação ao caráter limitado, a nação se restringe na imaginação pelo fato de possuir fronteiras determinadas, permitindo a existência de outras nações para além dela. Ao ser caracterizada pelo pluralismo religioso e necessidade de liberdade de expressão, a nação é imaginada soberana revelando a busca da população em ser livre. Essas características são garantidas por um regime legal, ou seja, pelo próprio Estado soberano em sua concepção moderna. Anderson (1983) expande sua ideia ao afirmar que a nação também é imaginada

---

<sup>1</sup> O autor, quando referido, é por meio de tradução feita por Titan Junior na palestra proferida durante a Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882, disponível nas referências.

como comunidade, ao estabelecer uma fraternidade entre os membros mesmo que haja desigualdade e exploração entre eles.

Podemos enquadrar a Bélgica nesta definição sem nenhum problema em relação ao caráter limitado e soberano. O país possui suas fronteiras demarcadas no continente europeu e é caracterizado pela existência de múltiplas clivagens, exemplificando o pluralismo e a possibilidade dos indivíduos de serem livres. Porém, a ideia de uma nação belga imaginada com uma comunhão e fraternidade entre seus membros, além do compartilhamento de várias coisas, implica uma universalidade do que é ser belga. Com a existência de vários sentimentos nacionais no país, com os belgas se sentindo pertencentes primeiro às suas regiões e comunidades, para depois se identificarem com a união, permite-se o questionamento da existência efetiva de um sentimento nacional belga e, também, quais são os outros sentimentos nacionais e porquê esta fragmentação acontece.

Ernest Renan (1882) confere muita importância para os ancestrais e os acontecimentos que os precedem ao apontar que a nação é produto das ações de seus antecessores, seus esforços, seus desafios e seus sacrifícios, sendo caracterizada por um legado de memórias. Portanto, para caracterizar uma nação belga, é importante apontar as clivagens fundamentais existentes no início da formação da sua sociedade e seus opostos: clerical versus anticlerical, centro versus periferia e proprietários versus trabalhadores (MIROIR, 1990). Estas três clivagens já indicavam uma sociedade fragmentada dificultando uma ideia de nação e união nacional pois também eram base das principais ideologias políticas da época: cristã, liberal e socialista.

Ademais, a ideia de nação (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) permite a criação de um comportamento fiel dos cidadãos em relação ao Estado e seria composta por um compartilhamento entre os cidadãos de língua e território, por exemplo. Conforme será melhor abordado no capítulo dois, a ideia de sentimento nacional belga foi pouco desenvolvida e nasceu como oposição religiosa e linguística ao regime holandês (DELPÉRÉE, 2011), do qual a Bélgica se tornou independente em 1830. A partir de então, a ideia de nação belga francófona passa a ser mais desenvolvida tanto no plano político quanto no econômico. Dessa forma, pode-se confirmar que uma nação não é um fenômeno natural, isto é, “...nação seria de fato uma construção ideológica posterior, tendo muitas vezes a nação sido “construída” pelo Estado” (GUIMARÃES, 2008, p. 148).

No início da formação da sociedade belga e em momentos como a Primeira Guerra Mundial, a ideia de nação belga está presente, porém pelo fato de nem todos os cidadãos compartilharem o mesmo território e a mesma língua, ela vai perdendo força conforme o

tempo de acordo com as demandas de reconhecimento linguístico da comunidade flamenga (DELPÉRÉE, 2011).

De acordo com Renan (1882), a nacionalidade e o nacionalismo são produtos culturais específicos que devem ser estudados através de suas origens, suas alterações de significado no decorrer da história e suas necessidades de legitimidade emocional (ANDERSON, 1983). Logo, o nacionalismo é produto de sistemas culturais e políticos que o precederam. No caso belga, o movimento nacionalista flamengo será estudado mais adiante de acordo com estas premissas para entender como ele se tornou um fator de potenciais crises políticas.

O nacionalismo será abordado quanto ao seu caráter político de acordo com 3 condições.

1. Existe uma nação, ou seja, um grupo especial que se distingue de todos os outros seres humanos.
2. A identidade e a fidelidade políticas dão-se, antes de mais nada, com e em relação à nação.
3. A nação deve ter autonomia política, normalmente sob a forma de um Estado soberano (BREUILLY, 2000, p. 158).

Ao enquadrar o nacionalismo belga nestas definições, há um problema em relação à fidelidade e à identidade política que, conforme já mencionado, se dá primeiro em relação às regiões e comunidades caracterizando este nacionalismo como fraco em termos políticos, mas os habitantes da Bélgica se distinguem dos habitantes do Brasil, por exemplo, diferenciando suas nações “pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 1983, p. 33) e o nacionalismo belga também permite a autonomia política, quando a nação belga é constituída pelo Estado soberano do Reino da Bélgica. Já o nacionalismo flamengo se encaixa em todas as premissas, mas encontra sua autonomia em partidos políticos e não no Estado.

Além disso, movimentos nacionalistas significativos de caráter político no decorrer da história baseiam-se no “estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado para defender ou privilegiar interesses dos que integram certo movimento.” (GUIMARÃES, 2008, p. 145). É a segunda ideia que apresenta a realidade do movimento nacionalista flamengo na Bélgica, este que, na busca por reconhecimento linguístico e cultural na região dos falantes do neerlandês, conhecida como Flandres, surge no Século XIX e atinge sua primeira conquista em 1898, com a adição do idioma, à já presente língua francesa, como um dos oficiais do Reino da Bélgica, e torna-se ainda mais relevante em 1920, quando o idioma também se torna a língua oficial da região dominada por eles (ARWINE, MAYER, 2013).

Deste modo, a ideia de identidade flamenga ganha força ao mesmo tempo que a de identidade belga a perde, visto a falta de uma linguagem comum entre todos os belgas e à

maior aproximação dos habitantes da região da Valônia, francófona, com a França do que com os belgas flamengos.

Portanto, a nação belga é fragmentada de acordo com suas clivagens que se perpetuam na sociedade e vão ganhando mais força conforme as reformas de Estado, sendo possível caracterizá-la como não monolítica. As divergências entre as clivagens fazem com que as competências sejam divididas entre vários governos federativos através do processo de federalização e, a partir da cisão dos partidos políticos, estabelecem uma distância ainda maior entre os falantes do neerlandês e os do francês, contribuindo para a ocorrência de crises governamentais e políticas, como se pretende discorrer posteriormente.

## 1.2 Forma de governo

A Bélgica é uma monarquia constitucional, ou seja, um regime político no qual o chefe de Estado é um monarca. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), a partir do pacto constitucional que é estabelecido pelo consenso, a monarquia se tornou, em alguns casos, um órgão do Estado e não mais uma instituição acima do mesmo. Sendo assim,

O Rei tornou-se um simples representante da unidade e da personalidade do Estado, com funções que se foram paulatinamente reduzindo ao se passar do sistema constitucional-puro para o sistema constitucional-parlamentar. Nesta nova ordenação, como é sabido, as funções de chefe do executivo e de órgão legislativo que ainda pertenciam à Monarquia foram, de fato, absorvidas *in toto* pela Câmara eletiva, processando-se rapidamente um esvaziamento das prerrogativas que a Monarquia tinha reservado para si, em favor do chamado Governo parlamentar (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 780).

Seguindo a lógica desses autores, o poder do monarca provém do direito do nascimento, seguindo a ideia de que “a elevação ao trono se verifica por sucessão e, assim sendo, decorre de um atributo estritamente pessoal do sujeito ou, por alargamento do círculo, de sua família” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 777).

Essas definições se aplicam à Bélgica. O atual e sétimo Rei dos Belgas é o Philippe da Bélgica, seguindo uma linha de sucessão. De acordo com informações retiradas do site da Bélgica (2021)<sup>2</sup>, a ação do Rei é exercida com o auxílio de ministros. O Rei não governa e não pode agir sozinho. Dentre as suas funções, é possível citar seu papel como comunicador com representantes da sociedade no objetivo de promover melhorias na sociedade por meio da esfera pública e privada. Além de que, “o rei e a rainha, bem como os outros membros da

---

<sup>2</sup> <[https://www.belgium.be/sites/default/files/belgium\\_at\\_a\\_glance\\_pt\\_lowres.pdf](https://www.belgium.be/sites/default/files/belgium_at_a_glance_pt_lowres.pdf)> Acesso em 02 nov. 2021.

família real, representam a Bélgica no exterior como em visitas de Estado, missões econômicas e até mesmo reuniões internacionais” (BÉLGICA, 2021). Destas características, apreende-se que o monarca da Bélgica é apenas o Chefe de Estado, sem atribuições políticas cotidianas, e possui apenas funções de cerimoniais de Estado.

### **1.3 Estado Unitário**

De acordo com Bonavides (2004), o Estado Unitário é o mais fácil de se compreender, sendo caracterizado como simples, lógico e homogêneo. A Bélgica, em sua primeira constituição, foi concebida como um Estado Unitário, ou seja, no qual há a conjugação da unidade dos ordenamentos jurídico, político e administrativo. A ideia principal desta forma de estado é de um só povo, um só território e um só titular do poder público (BONAVIDES, 2004), ou seja, simbolizando o ideal de homogeneização e unificação de antigas coletividades sociais.

Apesar dessa forma de Estado unitário, a Bélgica não foi criada por uma população homogênea e unida. A unificação de coletividades ocorre de forma mais relevante somente na busca por independência, conforme será contextualizado posteriormente. Os partidos católico e liberal, que nascem de fato com o regime constitucional, começam a se chocar por conta de suas divergências contribuindo para uma sociedade belga fragmentada que percorrerá os caminhos da federalização.

### **1.4 Estado Federal**

O federalismo pode ser entendido como uma forma de organização política caracterizada pelo compartilhamento de poder político entre o governo central e seus governos constituintes (ELAZAR, 1995). O termo deriva do latim *foedus*, *contrato* na língua portuguesa. Neste sentido, é estabelecido um acordo constitucional entre os membros de uma federação que estipula uma divisão de poder de forma que todos possam participar das decisões, caracterizadas por um processo de negociação, ao defender seus interesses e representar diferentes clivagens da população, conforme aponta Elazar (1995).

Assim sendo, uma federação nada mais é que a união dos entes federativos num governo central, envolvendo parceria e cooperação por parte das instituições, grupos e indivíduos que as compõem. Além disso, os fundamentos deste sistema de governo podem ser relacionados à realidade belga.

Em primeiro lugar, a descentralização política permite maior participação pública no jogo político com o compartilhamento de poder em diversas áreas, estabelecido pela constituição. Em seguida, para evitar o abuso de poder, o sistema de freios e contrapesos é importante para que haja um equilíbrio entre os poderes e uma autonomia para que cada um exerça suas respectivas funções (ELAZAR, 1995).

Na Bélgica, o Estado federal foi descentralizado em três regiões e comunidades. As regiões Flandres, Valônia e Bruxelas-Capital são competentes em assuntos relacionados ao território, como seu ordenamento, obras públicas, transportes, emprego, dentre outros. A Comunidade Flamenga, a Comunidade Francesa<sup>3</sup> e a Comunidade Germanófona são responsáveis por assuntos relacionados às pessoas, como a saúde, o ensino, o idioma e a cultura (VANDERMOTTEN, 2007). Esse processo de federação pode também ser caracterizado como centrífugo (*holding together federation*) e “cada uma de suas instituições têm governo próprio e têm plena competência nas matérias que lhe são atribuídas, sem subordinação ao poder federal nem possibilidade de intervenção ou recurso a esta instância” (VANDERMOTTEN, 2007, p. 2, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Uma terceira característica deste sistema político é a negociação. Esta deve estar presente na política a todo momento e não pode ser somente feita pelas instituições com seus representantes, mas sim manter-se sempre aberta e acessível como fator de legitimidade deste sistema político (ELAZAR, 1995). De forma a regular os fundamentos já elencados, é necessário um documento específico que seja seguido pelas unidades políticas. Nesse sentido, elas desenvolvem um conjunto de regras acordadas e negociadas mutuamente para ordenar suas ações. Este documento é uma Constituição federal, que também deve apresentar o caráter do acordo, estabelecendo a divisão territorial do poder, necessária para o sucesso do conjunto das instituições políticas num sistema federal (ELAZAR, 1997).

Na Bélgica, o acordo federal tem caráter territorial e legítimo, ou seja, de reconhecimento de grupos pré-existentes em determinadas regiões, flamengos na região de Flandres e francófonos na região da Valônia, e de ter sido composto por negociações entre as partes. Estas duas últimas características de uma federação podem ser igualmente observadas no modelo consensual de democracia característico da Bélgica, abordado em seguida.

---

<sup>3</sup> Apesar de ser designada como Federação Valônia-Bruxelas a partir de 2011, neste trabalho será mais recorrente a utilização de Comunidade Francesa, conforme constituição belga.

<sup>4</sup> Chacune de ces institutions dispose de son propre gouvernement et est pleinement compétente dans les matières qui lui sont dévolues, sans subordination au pouvoir fédéral ni possibilité d'intervention ou d'appel à ce niveau.

### 1.5 Modelo consensual de democracia

Os modelos majoritário e consensual de democracia são construtos teóricos elaborados por Lijphart (2003) a partir de experiências empíricas, e têm como diferença básica a capacidade de contemplar a pluralidade das sociedades. No modelo majoritário, há a preocupação em obter uma vontade clara da maioria, enquanto o modelo consensual, em vez de se satisfazer com estreitas maiorias tomadoras de decisão e mais do que encontrar a maioria, se atenta em obter a mais ampla maioria possível (LIJPHART, 2003), incorporando distintos atores e parcelas da sociedade.

A transformação de um Estado unitário para federal pode ocorrer conforme o crescimento da população ou demandas democráticas de igualdade. No caso belga, a segunda ideia estabeleceu um modelo consensual de democracia para que a heterogeneidade da população fosse representada no governo (BARRETO, 2016).

Em sociedades divididas, a pluralidade de interesses e preferências na política doméstica deve ser acompanhada de um regime democrático que estimule o consenso. Dessa forma, as minorias podem ser incluídas no processo decisório mantendo-se uma democracia inclusiva e não uma ditadura da maioria (LIJPHART, 2003). No modelo majoritário, há a possibilidade de uma quantidade considerável de cidadãos não ter a possibilidade de influenciar nos resultados políticos. Sendo assim, de acordo com suas principais características, “o modelo consensual tenta compartilhar, dispersar e restringir o poder de várias formas” (LIJPHART, 2003, p. 54).

Em suma, Lijphart (2003) divide as diferenças entre os modelos majoritário e consensual em duas dimensões. A primeira tem em sua composição Poder Executivo, sistemas partidários e eleitorais juntamente com os grupos de interesse e a segunda é composta pelo contraste entre federalismo e governo unitário, sendo denominadas como Dimensão Executivos-Partidos (quadro 1) e Dimensão Federal Unitária (quadro 2), respectivamente.

**Quadro 1 - Dimensão Executivos-Partidos**

|  | <b>Modelo majoritário</b>                   | <b>Modelo consensual</b>    |
|--|---|-----------------------------|
| <b>Concentração do Poder Executivo</b> | Ministérios unipartidários                  | Ministérios de coalização   |
| <b>Relações Executivo-Legislativo</b>  | Predomínio do Executivo sobre o Legislativo | Equilíbrio entre os poderes |
| <b>Sistema Partidário</b>              | Bipartidário                                | Multipartidário             |
| <b>Sistema Eleitoral</b>               | Majoritário                                 | Proporcional                |
| <b>Grupos de interesse</b>             | Pluralista                                  | Corporativista              |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de LIJPHART, 2003.

**Quadro 2 - Dimensão Executivos-Partidos**

|                                 | <b>Majoritário</b>         | <b>Consensual</b>                      |
|---------------------------------|----------------------------|--|
| <b>Governo</b>                  | Unitário centralizado      | Federal descentralizado                |
| <b>Poder Legislativo</b>        | Unicameral                 | Bicameral                              |
| <b>Caráter constitucional</b>   | Flexível                   | Rígida                                 |
| <b>Constitucionalidade</b>      | Analisada pelo Legislativo | Analisada por uma Corte Constitucional |
| <b>Caráter do Banco Central</b> | Dependente                 | Independente                           |

Fonte:Elaborado pelo autor a partir de LIJPHART, 2003.

O compartilhamento do Poder Executivo se caracteriza pela formação de gabinetes de amplas coalizões e permite que todos os partidos políticos eleitos façam parte do governo por meio de negociações entre si. Na Bélgica, a coalizão formada pelos partidos para assumir o governo deve envolver o mesmo número de ministros das duas comunidades linguísticas mais populosas. Estes partidos encontram-se num sistema multipartidário caracterizado pela divisão linguística da Bélgica que provoca a cisão dos partidos de ideologias cristã, socialista e liberal na clivagem flamenga e francófona, permitindo a emergência de partidos ecológicos e outros menores partidos linguísticos (LIJPHART, 2003). Deste modo, a representação proporcional deve ser priorizada para que os partidos políticos recebam cadeiras parlamentares de acordo com seu número de votos recebidos nas eleições.

Um equilíbrio entre os poderes e um governo federal descentralizado também são previstos no modelo consensual de democracia nos mesmos moldes do federalismo. Além deles, presume-se um forte bicameralismo atrelado a este modelo democrático, com uma Casa

legislativa destinada a representar os cidadãos (Câmara Baixa — Câmara dos Deputados) e outra destinada a representar os estados membros (Câmara Alta — Senado), também com o objetivo de possibilitar representatividade às minorias. Todavia, na Bélgica, com o decorrer das reformas de Estado, os poderes do Senado foram restringidos, evidenciando um bicameralismo relativamente fraco, conforme afirma Lijphart (2003).

Outra característica relevante para a divisão de competências no processo decisório está na rigidez constitucional, impossibilitando que um ator altere as regras do jogo político sozinho. Para alterar a constituição belga, um processo longo e rígido deve ser enfrentado. “Além das maiorias de dois terços em ambas as casas, elas exigem a aprovação das maiorias no interior do grupo de língua flamenga quanto do de língua francesa, em cada uma das casas” (LIJPHART, 2003, p. 59).

Ademais, a revisão judicial e a independência do banco central também fazem parte das características do modelo consensual democrático apresentado por Lijphart (2003). Quanto à primeira, é representada na Corte Constitucional, órgão federal encarregado de resolver conflitos de competências entre o governo federal e os governos federativos, enquanto a segunda é relevante ao ponto que consegue administrar de forma mais adequada a política monetária, sem permitir intervenções dos atores domésticos na busca por seus interesses.

## **1.6 Parlamentarismo e a formação de coalizões**

O sistema de governo parlamentarista nasce naturalmente das tradições inglesas numa conjuntura de revoluções e vontade de submeter o Rei ao Parlamento. Uma de suas características é a organização dualista do Poder Executivo, ou seja, há uma separação entre o chefe de Estado e o chefe de governo (DALLARI, 1998). No caso belga, o parlamentarismo foi estabelecido já em sua primeira Constituição em 1831, muito tempo antes de o Estado se transformar de unitário para federativo (DELPÉRIÉE, 2011). Por se tratar de uma monarquia constitucional, o chefe de Estado é o Rei, mais afastado da dinâmica política, e o chefe de governo é o primeiro ministro, líder da coalizão que alcança maioria no parlamento, assim se estabelecendo uma fusão dos poderes Executivo e Legislativo (DALLARI, 1998).

Outra característica deste sistema de governo está na responsabilidade política de seu chefe, já que sua permanência não possui datas estabelecidas. Uma vez que o primeiro ministro perde a maioria parlamentar ou sofre desconfiança por conta de suas ações políticas,

ele pode ser retirado de seu posto ou convocar novas eleições, com a autorização do Rei, para tentar se manter no poder (DALLARI, 1998).

É importante salientar que a Bélgica possui um sistema multipartidário, ou seja, permite a representação e identificação de diferentes parcelas da população, seja por conta de sua ideologia, religião ou idioma, seguindo as premissas do modelo consensual explicado anteriormente, o que possibilita diferentes composições de coalizões políticas. Este processo faz com que mais partidos sejam incluídos nas negociações e decisões para que seja formada uma maioria estável. Uma vez no poder, essa maioria pode se desentender por conta de suas diferenças em diversos âmbitos e causar quedas de governo e crises políticas, como será demonstrado no capítulo 3.

De acordo com Hooghe e Deschouwer (2011), a tomada de decisão conjunta traz o problema de que “cada parceiro da coalizão pode funcionar como um *veto player*, ou seja, "o acordo de atores individuais ou coletivos (por regra da maioria para atores coletivos) é necessário para uma mudança do status quo” (Tsebelis, 1995, p. 289 *apud* HOOGHE; DESCHOUWER, 2011, p. 628, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Portanto, a exigência de se manter uma coalizão para permanecer no poder permite que partidos façam a análise se as reformas reivindicadas em determinado momento são benéficas ou trazem desvantagens para si, podendo, deste modo, utilizar seu poder de veto, conhecido como *sonnette d’alarme* para bloquear mudanças (HOOGHE; DESCHOUWER, 2011), fato este que pode desencadear perda da maioria parlamentar e, conseqüentemente, dissolução de um governo e necessidade de novas eleições e coalizões políticas. Na realidade belga, os democratas cristãos da comunidade flamenga e os socialistas francófonos, na figura dos partidos CD&V e PS, são os atores de veto mais importantes da história do país (HOOGHE; DESCHOUWER, 2011) e as decisões políticas dificilmente ocorrem sem assentimento desses partidos.

Além disso, as coalizões devem envolver partidos de ambas comunidades linguísticas para que o governo seja legítimo. Uma das questões chaves desse modelo consensual na Bélgica é que “a obrigação consociacional de governar em conjunto vem com a predefinição de que quando nenhum acordo pode ser encontrado, o país simplesmente não pode ser governado” (DESCHOUWER; REUCHAMPS, 2013, p. 264, tradução nossa)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Every coalition partner can function as a veto player, i.e. “individual or collective actors whose agreement (by majority rule for collective actors) is required for a change of the status quo” (Tsebelis 1995, 289).

<sup>6</sup> The consociational obligation to govern together comes with the default option that when no agreement can be found the country simply cannot be governed.

Como casos emblemáticos que exemplificam essa realidade, têm-se: a crise política decorrente do conflito linguístico da área distrital de Bruxelles-Hal-Vilvorde, que provocou a queda do governo por 540 dias a partir de 2010 (PÉREZ, 2016) e estabeleceu um recorde de período sem governo, e a crise política de 2018, com a queda do governo após desentendimentos entre partidos na assinatura do pacto global sobre migração da ONU, se prolongando com a dificuldade de formar um governo de coalizão após as eleições de 2019, ao permanecer e ao superar seu próprio recorde, 652 dias sem um governo efetivo (DW, 2020).

Ainda mais, na história dos governos belgas, entre 1965 e 1991, o país teve 19 governos diferentes, uma média de quase um por ano (DESCHOUWER, REUCHAMPS, 2013). Este período de instabilidade remete ao processo de transformação do Estado unitário em federal, quando atores subnacionais buscam uma reforma estatal com o objetivo de obter maior autonomia em questões socioeconômicas e linguístico-culturais (BARRETO, 2016).

Em suma, neste primeiro capítulo foram apresentadas as ideias chaves dos conceitos da Ciência Política que caracterizam o sistema governamental da Bélgica. Para enriquecer a reflexão sobre o caráter não monolítico da nação e as crises nas quais ela está envolvida, será contextualizado de forma mais completa no próximo capítulo a formação da sociedade belga e seu funcionamento político atual, para, em seguida, problematizar e resolver o questionamento desse estudo.

## 2. A CRIAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BELGA

Neste capítulo pretende-se, primeiramente, contextualizar a criação do Reino da Bélgica para entender como os conceitos do capítulo anterior se aplicam à realidade belga e discorrer sobre as principais mudanças e reformas durante sua história para, posteriormente, apresentar o funcionamento do jogo político, as instituições e atores que o compõem na contemporaneidade.

De acordo com André Miroir (1990),

O sistema político belga se caracteriza pela existência das famílias políticas liberal, cristã e socialista formando o conjunto da sociedade civil e organizando-a em “mundos” paralelos constituídos de partidos, sindicatos, sociedades mútuas, ligas femininas ou de jovens, além de associações culturais e esportivas (MIROIR, 1990, p. 5, tradução nossa)<sup>7</sup>.

A sociedade belga pode ser caracterizada pela existência de três clivagens que orientaram a organização do sistema político no país. A polarização social está presente em âmbito ideológico, linguístico e socioeconômico. Essas diferenças provocaram o surgimento de contradições entre o Estado e a nação belga, resultando em conflitos entre os grupos que formavam a sociedade na busca por reivindicações políticas e sociais (MIROIR, 1990).

Segundo Rokkan e Seiler (*apud* MIROIR, 1990, p. 5), é a partir das revoluções burguesas dos Séculos XVIII e XIX que os conflitos, contradições e clivagens começam a aparecer, dando origem aos partidos políticos. Portanto,

Os partidos não são produtos do acaso, eles institucionalizam, pelo contrário, os conflitos estruturais inerentes às sociedades consideradas. Alguns deles nascem na intersecção de duas ou várias clivagens, outras se realinham ao longo do tempo em eixos diferentes daqueles que os originaram (MIROIR, 1990, p. 5, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Logo, os partidos políticos são de extrema importância para a compreensão da estrutura social e política da Bélgica. Conforme será abordado neste capítulo, a partir de seus interesses e objetivos, promovem a sua cisão na clivagem francófona/flamenga,

---

<sup>7</sup> Le système politique belge se caractérise par l'existence de familles politiques libérale, chrétienne, socialiste quadrillant l'ensemble de la société civile et l'organisant en « mondes » parallèles constitués de partis, de syndicats, de mutuelles, de liges féminines ou de jeunesse, voire d'associations culturelles ou sportives.

<sup>8</sup> Les partis ne sont pas le produit du hasard, ils institutionnalisent au contraire les conflits structureaux inhérents aux sociétés considérées. Certains d'entre eux naissent à l'intersection de deux ou plusieurs clivages, d'autres se réalignent au cours du temps sur des axes différents de ceux qui leur ont donné naissance.

consequentemente fortalecendo as reformas da Constituição e a transformação em um Estado federal.

## 2.1 O início da Bélgica e a clivagem clerical/anticlerical

Uma das resoluções do Congresso de Viena de 1815 foi a união das províncias belgas e holandesas ao formar o Reino dos Países Baixos, liderado pelo monarca holandês Guillaume I. Nesse momento, enquanto os flamengos católicos passam a protestar contra a interferência do monarca holandês nos assuntos religiosos, os liberais valões contestam a falta de liberdade (MIROIR, 1990).

Os católicos se resumiam pela classe rural, grupos de artesãos, pequenos comerciantes e uma relevante fração da burguesia. Tradicionalistas e regionalistas, esses grupos eram falantes do neerlandês, conhecido regionalmente como flamengo. A opinião desse grupo era dominante dentre os belgas, que tinham o objetivo de manter a autoridade da Igreja e ter liberdade em assuntos educacionais e de imprensa. Em contrapartida, os liberais tinham como interesse os direitos do Estado centralizado e secular, no objetivo de colocar todos os cidadãos em pé de igualdade perante a lei. Advogados, professores, magistrados e grupos do alto comércio, além de empresas capitalistas, compunham esse grupo após recrutamento nas aglomerações industriais e nos círculos de intelectuais das maiores cidades<sup>9</sup> (HISTOIRE DES BELGES, 2021).

Em 1828, esses dois grupos se unem num programa comum de reivindicações contra a política real na busca por reformas liberais, criando a União das Oposições. Após duas petições que reuniam mais de 400 mil assinaturas e nenhuma liberdade concedida, eles resolvem, inspirados pelo resultado de uma revolução na França que derruba Charles X e dá luz ao liberalismo na mesma época, buscar a constituição de seu próprio Estado<sup>10</sup> (HISTOIRE DES BELGES, 2021).

Assim sendo, eles dão início à Revolução Belga em Bruxelas em agosto de 1830, movidos também pelo alto custo de vida, falta de remuneração adequada e desemprego, enquanto as autoridades holandesas tentam controlar o descontentamento (HISTOIRE DES BELGES, 2021). A desordem e revolta da população se estende ao resto do país: “os

---

<sup>9</sup> Todas as informações desse parágrafo foram retiradas do site *Histoire des belges*: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/regime-hollandais/union-des-oppositions>> Acesso em 05 nov. 2021.

<sup>10</sup> Todas as informações desse parágrafo foram retiradas do site *Histoire des belges*: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/revolution-belge/les-preliminaires>> Acesso em 05 nov. 2021.

acontecimentos da capital não demoram a se repetir nos 4 cantos do país e a efervescência apodera-se das massas. Em quase todos os lugares, as autoridades oficiais cedem o poder à burguesia” (HISTOIRE DES BELGES, 2021, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Após uma série de combates armados e a vitória dos insurgentes em Bruxelas, os militares holandeses não resistem e, no final de 1830, o território já estava quase em sua totalidade livre. Em seguida, um grupo de intelectuais é reunido para a redação de uma Constituição a ser aprovada por um congresso nacional, proclamando um Estado independente e são feitas eleições para a composição do congresso, o qual resulta em 200 deputados divididos entre os partidos liberais e católicos (HISTOIRE DES BELGES, 2021)<sup>12</sup>.

Deste modo, no momento em que é declarada a independência da Bélgica dos Países Baixos, em 4 de outubro de 1830, por um governo provisório, ao Estado é concedido um forte poder central de forma a combater o individualismo político e reforçar a unidade do país, composto por grupos de ideologias políticas distintas, conforme já mencionado, liberais e cristãos e, posteriormente, socialistas.

A independência é confirmada com a primeira constituição nacional em 7 de fevereiro de 1831. Nesse momento, a Bélgica é declarada uma monarquia constitucional parlamentarista representativa. Em relação à constituição unitária, carregada de influências holandesas e inglesas, mas principalmente francesas, é garantido que “cada um é livre para expressar sua opinião em todas áreas e praticar a religião de sua escolha, além de obter liberdade de ensino, de imprensa e de associação fortemente asseguradas” (BÉLGICA, 2021, tradução nossa)<sup>13</sup>.

É de extrema importância ressaltar que o francês é escolhido como idioma oficial do Estado na criação da Bélgica. A elite política e econômica era de expressão francesa, inclusive em Flandres, apesar de grupos falantes do neerlandês estarem presentes no território.

Em resumo:

O regime político instaurado nos primeiros dias do jovem estado belga é o resultado de uma vontade de compromisso entre liberais e católicos, latifundiários e burgueses. Este espírito sindical será mantido por alguns anos após a independência,

---

<sup>11</sup> Les événements de la capitale ne tardent pas à se répéter aux 4 coins du pays et l’effervescence s’empare des masses. Presque partout les autorités officielles cèdent le pouvoir à la bourgeoisie. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/revolution-belge/les-hostilites>> Acesso em 05 nov. de 2021.

<sup>12</sup> Todas as informações desse parágrafo foram retiradas do site Histoire des belges: <https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/revolution-belge/le-gouvernement-pr-ovisoire>. Acesso em 05 nov. 2021.

<sup>13</sup> Chacun est libre d’exprimer son opinion, dans tous les domaines, et de pratiquer la religion de son choix. La liberté de l’enseignement et la liberté de la presse sont également garanties. Les libertés de réunion et d’association sont formellement reconnues par la constitution.

então os liberais e os católicos formarão organizações rivais que se alternam no poder (HISTOIRE DES BELGES, 2001, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Os grupos liberais e católicos apresentam a primeira contradição entre a monarquia e a nação. Mesmo após os esforços e concessões recíprocas para manter o Estado no decorrer dos quinze primeiros anos pós independência, os liberais ficaram convencidos de que a Igreja tinha o objetivo de recuperar seu poder da época do Antigo Regime (MIROIR, 1990). Práticas como intervenções nas eleições, imposições relacionadas à educação e imprudência da imprensa reforçaram a ideia eclesiástica como alternativa ao projeto liberal, o que deixa claro aos liberais a impossibilidade de se manter um governo homogêneo. Em resposta, é criada uma rede de associações políticas liberais por meio da convocação de um congresso responsável por aliá-las e fornecê-las um programa comum, algo que os católicos só realizaram em 1868, com a criação da Federação dos Círculos Católicos de forma a coordenar os objetivos do clero e se engajar mais no campo eleitoral.

Em suma, essa primeira clivagem clerical/anticlerical (MIROIR, 1990), entendida também como clivagem ideológica (SWYNGEDOUW, 1995), se choca pelo controle dos mecanismos de socialização nas relações entre Estado e Igreja, tendo grande foco na educação. De 1879 a 1884, a Bélgica passa por uma de suas primeiras crises como Estado independente, com o período conhecido como Primeira Guerra Escolar. Como a liberdade de ensino é garantida pela Constituição, o clero instala diversas escolas de caráter religioso, enquanto os liberais reivindicam uma escola neutra e laica. Porém, essas divergências e “a cruzada lançada pelo episcopado contra as “escolas sem Deus” e “senhores sem fé” provocam uma bipolarização muito forte na sociedade belga” (MIROIR, 1990. p. 7, tradução nossa). À vista disso, a ideia de nação belga já começa a perder força na sociedade.

## **2.2 A clivagem proprietários/trabalhadores**

As demandas do clero e dos liberais, tampouco as demandas linguísticas, conforme será abordado mais tarde, não eram as únicas na conjuntura de mobilização política e social do final do século XIX (FARHAT, 2012). Com a industrialização, é formada uma classe operária cujas condições de trabalho nas minas de carvão e na indústria metalúrgica eram

---

<sup>14</sup> Le régime politique mis en place dans les premiers jours du jeune Etat belge est le résultat d'une volonté de compromis entre libéraux et catholiques, propriétaires fonciers et bourgeois. Cet esprit unioniste se maintiendra pendant quelques années après l'indépendance puis les libéraux et les catholiques se constitueront en organisations rivales qui alterneront au pouvoir. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/ideologies-politiques>>. Acesso em 05 nov. 2021.

particularmente precárias. A pauperização da classe trabalhadora deu origem a uma luta entre as duas classes sociais presentes: a classe governada pelo capital e a classe representada pelo trabalho.

A partir da década de 1870, empresas de ajuda mútua e cooperativas se organizam em torno de um projeto de melhoria das condições de trabalho e nível de salários (MIROIR, 1990). Em seguida, é criado o Partido dos Trabalhadores Belgas (POB), de cunho socialista, em abril de 1885 (HISTOIRE DES BELGES, 2021).

A estruturação católica das organizações de trabalhadores ocorre em um segundo momento após a compreensão de que o partido socialista seria um fator de ameaça para eles. As reivindicações flamengas são feitas principalmente pelo seu grupo católico conservador, caracterizadas pelo compartilhamento de sentimentos anti urbanos com as massas rurais, desde o aumento progressivo do eleitorado até a adoção do sufrágio universal masculino em 1893. O argumento central aqui é que as escolhas feitas por atores socialistas e católicos entre 1885 e 1910 são determinantes no que diz respeito à evolução da estrutura das relações políticas dentro da Bélgica (FARHAT, 2012).

Para a surpresa dos católicos, o partido liberal funda o Partido Liberal dos Trabalhadores, cansado da falta de concordância entre membros, dessa forma, se aproximando das ideias pregadas pelos socialistas (HISTOIRE DES BELGES, 2021).

Unindo-se aos ideais dos liberais:

Os socialistas, pioneiros das ações voltadas para a organização da classe trabalhadora, ignoram a possibilidade de uma aliança que lhes foi oferecida com o movimento flamengo, que concentrou sua luta em melhorar o status de seu idioma no território. Ao fazer isso, a expansão do socialismo perde força entre os trabalhadores flamengos, enquanto a adoção dessas demandas pelos católicos resulta em inserção política social e mais assertiva na região de Flandres (FARHAT, 2012, p. 233, tradução nossa)<sup>15</sup>.

A vida política belga passa a ser caracterizada por uma estrutura determinante. A formação dos movimentos operários socialistas e católicos resultou em duas categorias sociopolíticas que se tornaram a longo prazo maioria nas regiões flamenga e valã: uma é a socialista/liberal e francófona, enquanto a outra é católica conversadora flamenga (FARHAT, 2012).

---

<sup>15</sup> Les socialistes, pionniers des initiatives visant à organiser la classe ouvrière, ignorent la possibilité d'alliance qui s'offrait à eux avec le mouvement flamand, lequel axait sa lutte sur l'amélioration du statut du néerlandais. L'ignorance de la question linguistique pénalise l'expansion du socialisme parmi les ouvriers flamands, tandis que l'adoption de ces revendications par les catholiques se traduit par une pénétration politique et sociale plus affirmée en Flandre.

Em resumo, os três partidos de cunho cristão, social e liberal, podem ser entendidos conforme a descrição de Arwine e Mayer (2013):

Democracia Cristã (partidos de centro-direita vagamente ligados à Igreja Cristã ou Católica), Democracia social (partidos que defendem um comando em vez da economia de mercado e que representam a classe trabalhadora industrial), Liberal (no sentido clássico de um partido preocupado com as liberdades civis, igualdade política, anticlericalismo e valores da classe média) e, posteriormente, partidos de defesa subcultural (ARWINE; MAYER, 2013, p. 81, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Esses partidos caracterizaram um sistema estável de três partidos até a década de 1960, quando a busca por autonomia linguística e cultural promove uma ruptura desses partidos em clivagens linguísticas (ARWINE; MAYER, 2013). A ideia de Farhat (2012) resume bem a conjuntura desse momento:

Rompendo com uma sociedade organizada principalmente de acordo com diferenças de classe ou ideologia política, o fator linguístico torna-se o elemento distintivo de novos atores e o ponto principal de seus conflitos e de suas demandas. O fato comunitário afirma-se assim como um dado político incontornável após uma acentuada politização das identidades linguísticas (FARHAT, 2012, p. 233, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Neste sentido, a clivagem linguística torna-se ainda mais relevante ao ponto que fragmenta os partidos e permite uma divisão mais acentuada da sociedade.

### 2.3 A clivagem linguística centro/periferia

A sociedade belga era linguisticamente e culturalmente francesa no início do Reino. Apesar das leis de 1831 garantirem a liberdade linguística, o francês foi legalmente definido como o único idioma oficial. Porém, a crescente imigração de flamengos, que possuem seu próprio idioma e cultura, traz preocupação para os francófonos. As massas flamengas nutriram ao longo do Século XIX um forte ressentimento em relação aos falantes do francês, observados como aqueles que abandonaram Flandres à sua miséria e ruralidade (VANDERMOTTEN, 2007). Sendo assim, a centralização política e cultural comandada pela

---

<sup>16</sup> Christian Democracy (center right parties loosely tied to the Christian or the Catholic Church), Social Democracy (parties advocating a command rather than market economy and representing the industrial working class), Liberal (in the classic sense of a party concerned with civil liberties, political equality, anti-clericalism, and middle class values), and then later, parties of sub-cultural defense.

<sup>17</sup> En rupture avec une société organisée principalement selon les différences de classe ou d'idéologie politique, le marqueur linguistique devient l'élément distinctif de nouveaux acteurs et le point de focalisation de leurs conflits et de leurs revendications. Le fait communautaire s'impose alors comme une donnée politique incontournable suite à une politisation accentuée des identités linguistiques.

burguesia francófona é envolvida por outra incompatibilidade entre Estado e nação, a clivagem francófona/flamenga.

É de extrema importância ressaltar que, para além dos valões francófonos e dos flamengos falantes do neerlandês, havia na verdade outros dois grupos minoritários crescentes. É o caso dos habitantes francófonos da cidade de Bruxelas que, apesar de estar localizada na região do norte de Flandres, é culturalmente e linguisticamente mais próxima aos valões. Na realidade, os dois idiomas já são fortemente utilizados na capital. O outro grupo minoritário pode ser encontrado próximo à fronteira belga com a Alemanha, onde está a pequena comunidade de falantes do alemão.

Reagindo à criação de um Estado belga francófono, o movimento flamengo é concebido no objetivo de defender a identidade linguística e territorial de Flandres (VISSCHER; LABORDER, 2013). Uma parcela da população falante de dialetos holandeses, representado por cerca de 30 mil flamengos, submete uma petição para a inclusão de um status multilingue nos territórios do país habitados por eles, o que é ignorado pelas elites francófonas por quatro décadas (ARWINE, MAYER, 2013). Esses textos, além de reivindicar a equalização de francês e flamengo na educação, em administração, justiça e exército, também tinham como objetivo a criação de uma academia flamenga e concessão de subsídios para escritores (MIROIR, 1990) “Em suma, por trás de cada reivindicação existe um funcionário público, magistrado, advogado, oficial, professor, até mesmo acadêmico carregando uma promessa de ascensão e reconhecimento social” (MIROIR, 1990, p. 8, tradução nossa)<sup>18</sup>.

No entanto, o apoio por esses grupos permanece limitado. A base social e a apatia das massas impediram-nas de formar um partido e, mais ainda, de alcançar o sucesso eleitoral. A ação deles, portanto, tornou-se parte dos partidos liberal e católico. Ademais, é somente a partir de 1873 que as primeiras leis linguísticas reconhecem o bilinguismo, com o neerlandês sendo legalmente reconhecido como idioma oficial do Reino em 1898 e utilizado nos territórios habitados pelos flamengos (ARWINE; MAYER, 2013).

Apesar de serem numerosos em Bruxelas e em Flandres, os valões se sentem ameaçados em seus empregos e temem que o bilinguismo seja estendido para a parte francófona do país. A partir de então, surge um movimento valão, que se fortalece em 1910, no protesto contra o projeto de anexação da língua neerlandesa na Universidade de Gante. Os francófonos não queriam submetidos à aprendizagem do neerlandês. Desse modo, para manter

---

<sup>18</sup> En somme, derrière chaque revendication se profile une profession - fonctionnaire, magistrat, avocat, officier, professeur, voire académicien - porteuse d'une promesse d'ascension et de reconnaissance sociale.

o predomínio da língua francesa em questões culturais e de emprego, eles organizam vários congressos. Mesmo assim, os flamengos saem vitoriosos com a inclusão integral do neerlandês na Universidade de Gante<sup>19</sup>.

Ao temer uma ascensão flamenga, a desconfiança é fortalecida pelo fato que o partido católico conseguia se manter no poder graças ao eleitorado cristão de Flandres. Como resultado, os caminhos para uma separação administrativa entre essas regiões dominadas por flamengos e valões começa a se abrir, já que também os flamengos caminhavam em busca do unilinguismo em sua região<sup>20</sup>.

Enquanto eram maioria na Valônia, os Socialistas e os Liberais tiveram mais uma vez que entregar o poder aos católicos, os grandes vencedores graças ao eleitorado flamengo. A partir desse momento, os valões tomaram consciência de sua minoria política e decidiram desenvolver um programa de defesa dos interesses valões (HISTOIRE DES BELGES, 2021, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Após a Primeira Guerra Mundial, apesar de ser defendida por uma minoria dentre os flamengos, uma orientação anti-Bélgica foi acrescentada ao Movimento Flamengo que, como já mencionado, possuía a crença de um país opressor que não reconhecia de forma legítima seu povo, língua e cultura (HISTOIRE DES BELGES, 2021). Essas ideias anti nacionalistas podem ser encontradas em ameaças e ideias separatistas defendidas por partidos nacionalistas flamengos na continuidade da história belga que dificultam a formação de coalizões em futuros governos. Sendo assim, nasce o extremismo flamengo.

Quando o Ocidente estava quase unido em identificar a causa nazista como má, havia um sentimento colaboracionista considerável na mídia flamenga, provavelmente em grande parte para afirmar sua independência do mais amplo estado ao qual eles pertenciam ostensivamente. Esta tendência continuou após a guerra. Uma ala do movimento flamengo permaneceu leal ao democrata Estado belga, mas a outra ala, em sua oposição ao nacionalismo belga dominado pela França, que relegou o flamengo a um status de segunda classe, assumiu o que

<sup>19</sup> Todas as informações deste parágrafo foram retiradas da página <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/flamands-et-wallons/la-question-wallonne>> Acesso em 08 nov. 2021.

<sup>20</sup> Todas as informações deste parágrafo foram retiradas da página <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/flamands-et-wallons/la-question-wallonne>> Acesso em 08 nov. de 2021.

<sup>21</sup> Alors qu'ils étaient majoritaires en Wallonie, les socialistes et les libéraux durent à nouveau laisser le pouvoir aux catholiques, grands vainqueurs grâce à l'électorat flamand. A partir de ce moment-là, les Wallons prirent conscience de leur minorisation politique et se déterminèrent à élaborer un programme de défense des intérêts wallons. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/flamands-et-wallons/la-question-wallonne>> Acesso em 08 nov. 2021.

algumas pessoas viram como "conotações fascistas" (VOS, 1998, *apud* ARWINE, MAYER, 2013, p. 75, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Vale ressaltar que no período pós Segunda Guerra Mundial os flamengos viam sua população crescer cada vez mais. Os dados populacionais da época, após os recenseamentos de 1947 e 1961, apontavam para um crescimento maior de neerlandeses no país do que francófonos (SINARDET, 2011), os quais representavam mais da metade da população belga neste momento. Dessa forma, os flamengos passam a afirmar sua preeminência ao passo que se desenvolvem economicamente por conta de suas indústrias modernas sobrepondo-se aos valões, região na qual a indústria tradicional estava em crise, caracterizada por dificuldades econômicas e agora acompanhada de uma crise demográfica (HISTOIRE DES BELGES, 2021).

Outro momento crítico dessa clivagem é a determinação da fronteira linguística que determina o idioma predominante utilizado em cada região. Até a década de 1960, essa fronteira era delimitada de acordo com os indicadores populacionais dos censos realizados a cada dez anos. Por insistência flamenga, ainda na busca por reconhecimento linguístico do neerlandês, é estabelecida definitivamente pela lei de 6 de abril de 1962 a fronteira linguística administrativa, separando o norte neerlandês do sul francófono. Em relação à cidade de Bruxelas, é determinado o status de bilíngue nas comunas da região central por meio de mecanismos de facilidade linguística (HISTOIRE DES BELGES, 2011)<sup>23</sup>.

Na década seguinte, a questão linguística da Universidade Católica de Louvain se tornou outro motivo de tensão e desacordos entre os flamengos e francófonos. Localizada na região flamenga, a universidade possuía um grande número de estudantes francófonos que tiveram de ser expulsos após inúmeras ocorrências como greves, grandes manifestações, confrontos violentos e até mesmo dissolução do governo (HISTOIRE DES BELGES, 2011), o que demonstrou a força flamenga, que tendia somente a aumentar.

Consequentemente, a paisagem política se dividiu com a criação de partidos políticos organizados em bases regionais ou comunitárias. Além disso, não resistindo às tensões, as

---

<sup>22</sup> When the West was nearly united in identifying the Nazi cause as evil, there was considerable collaborationist sentiment in the Flemish media, probably in large part to assert their independence from the broader state to which they ostensibly belonged. This proclivity continued after the war. One wing of the Flemish movement remained loyal to the democratic Belgian state, but the other wing, in its opposition to the French dominated Belgian nationalism that relegated Flemish to a second class status, took on what some people viewed as "Fascist overtones".

<sup>23</sup> Todas as informações deste parágrafo foram retiradas da página <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/flamands-et-wallons/le-contentieux-communautaire-devient-un-casse-tete>> Acesso em 10 nov. 2021.

famílias políticas tradicionais — socialistas, liberais e democratas cristãos — dividiram-se em relação à sua filiação linguística. Em síntese:

A divisão em grupos linguísticos está, em todo caso, totalmente de acordo com a premissa associativa de que cada grupo deve ser representado por suas próprias elites. A cisão, segundo o mesmo critério, dos três partidos nacionais tradicionais entre 1968 e 1978 reforça profundamente esta lógica, tornando a Bélgica a única federação ainda existente sem partidos políticos federais. Além disso, esses partidos se apresentam aos eleitores apenas em sua própria região linguística. (SINARDET, 2011, p. 28, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Seguindo essa lógica, durante as eleições federais, os habitantes dos distritos eleitorais francófonos só podem votar nas listas dos partidos desse idioma, o mesmo acontece em relação aos flamengos.

Nesse período, a região de Flandres busca por políticas inovadoras e consegue melhorar a renda média de sua população, momento este em que a região do sul permanece envolvida pela retração econômica (HOOGHE, 2012). Essa divisão econômica provoca nos flamengos a ideia de que, agora enriquecidos, estariam pagando pela região empobrecida da Valônia, a qual não consegue se desenvolver da mesma maneira. Depois de muito tempo reivindicando a utilização de seu idioma, o nacionalismo cultural dá lugar ao nacionalismo econômico, reforçando mais ainda os caminhos para uma federalização.

No início do século XXI, no entanto, esse nacionalismo cultural estava cada vez mais sendo substituído por um nacionalismo econômico, à medida que os nacionalistas flamengos acusavam o grupo de língua francesa de ser "preguiçoso" para desenvolver uma forte decolagem econômica (HOOGHE, 2012, p. 132, tradução nossa)<sup>25</sup>.

## 2.4 As reformas de Estado e as configurações belgas

Enquanto um Estado centralizado, majoritário e unitário pode ser benéfico para sociedades homogêneas, ele não se encaixa bem em uma sociedade fortemente segmentada pela religião, língua e outros elementos culturais. Conforme apontam Arwine e Mayer,

<sup>24</sup> La division en groupes linguistiques s'inscrit en tout cas complètement dans la prémisses consociative selon laquelle chaque groupe doit être représenté par ses propres élites. La scission, fondée sur le même critère, des trois partis nationaux traditionnels entre 1968 et 1978 renforce profondément cette logique, faisant ainsi de la Belgique la seule fédération encore existante sans partis politiques fédéraux. De plus, ces partis se présentent aux électeurs uniquement dans leur propre région linguistique.

<sup>25</sup> At the start of the twenty-first century, however, this cultural nationalism increasingly was being replaced by an economic nationalism, as the Flemish nationalists accused the French language group of being 'too lazy' to develop a strong economic take-off.

A segmentação cultural e linguística geograficamente definida da sociedade belga foi reconhecida nas reformas constitucionais de 1970 no que alguns estudiosos consideram uma transformação genuína do status unitário belga em uma forma de federalismo (ARWINE; MAYER, 2013, p.77, tradução nossa)<sup>26</sup>.

A partir da década de 1960, a economia flamenga começa a se desenvolver rapidamente no norte do país. Enquanto isso, a Valônia vê a sua fragilizada. Baseada majoritariamente na indústria pesada, ela passa por uma severa crise, o que se torna o primeiro impulso para buscar controle na política econômica, de forma a desenhar seu futuro com ferramentas políticas personalizadas (CRIEKEMANS, 2010).

Por outro lado, Flandres, que no início almejava proteger seu próprio idioma e cultura, conforme já citado anteriormente, buscava o controle político baseado nas políticas culturais do Estado. Ambos interesses, dentre outros, foram contribuindo para o desenvolvimento das Regiões e Comunidades belgas, que se sobrepõem territorialmente.

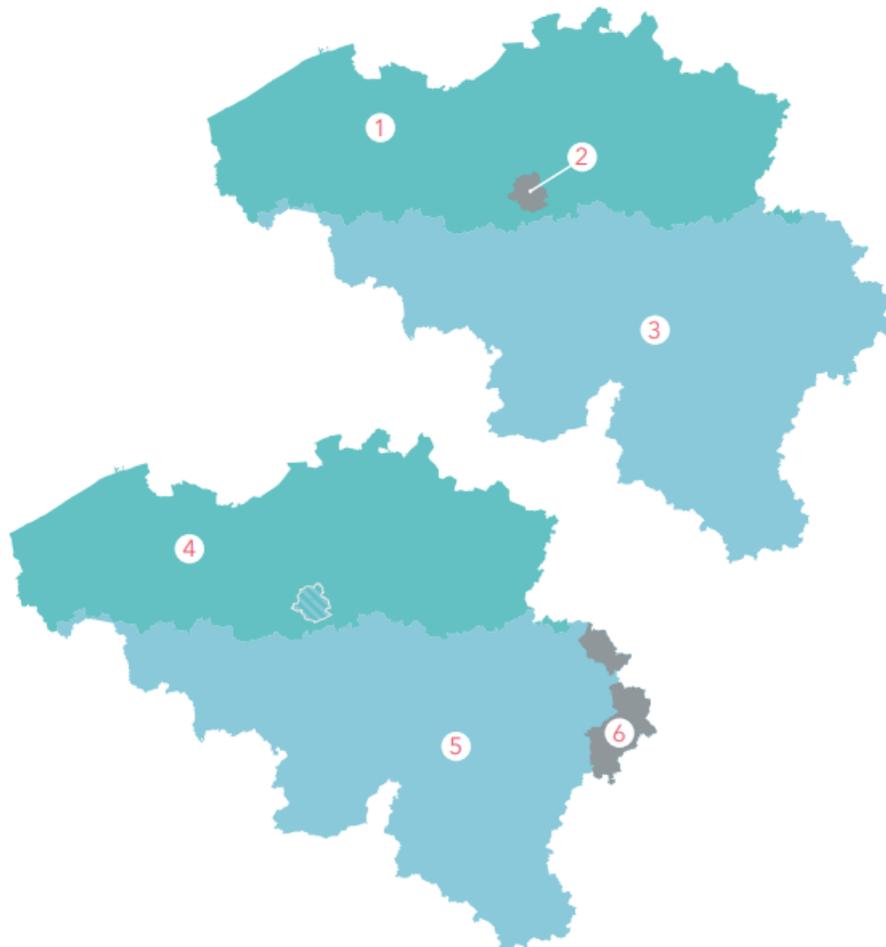
#### **2.4.1 A primeira e a segunda reforma de Estado**

Em 1970, a primeira revisão da Constituição estabelece de fato essas já citadas regiões e comunidades, sendo as primeiras divididas territorialmente, enquanto as segundas são orientadas por uma divisão linguística. Desse modo, é prevista a criação de três regiões territoriais ilustradas no mapa 1: Região de Flandres (1), ao norte, Região de Bruxelas-Capital (2), ao centro e, Região da Valônia (3), ao sul; e são criadas as comunidades linguísticas, também presentes no mapa 1, são elas: Comunidade flamenga (4), Comunidade francófona (5) e Comunidade germanófona (6).

---

<sup>26</sup> The geographically defined cultural and linguistic segmentation of Belgian society was recognized in the constitutional reforms of 1970 in what some scholars regard as a genuine transformation of Belgian's unitary status to a form of federalism.

### Mapa 1 - Regiões e Comunidades da Bélgica



Fonte: Bélgica (2021).

Além do mais, a Constituição de 1970 cria parlamentos e governos representados por membros das duas casas do legislativo para cada comunidade cultural linguística concedendo-lhes o poder de controlar os assuntos relacionados à autonomia dessas comunidades (ARWINE; MAYER, 2013). Em relação a esse poder: “Esses conselhos tinham o poder de emitir decretos com o mesmo peso que as leis nacionais. Esses decretos não puderam ser revistos ou anulados por tribunais nacionais. A soberania havia passado das mãos do nacional governo.” (ARWINE; MAYER; 2013, p. 78, tradução nossa)<sup>27</sup>

Além da não hierarquia entre os diferentes níveis de governança, outro princípio constitucional belga é extremamente relevante para a atuação internacional de suas

<sup>27</sup> These councils had the power to issue decrees that carried the same weight as national laws. These decrees could not be reviewed or annulled by national courts. Sovereignty had passed out of the hands of the national government.

Comunidades e Regiões, a ideia de *in foro interno, in foro externo*, que estende as competências internas ao nível internacional (CRIEKEMANS, 2010).

Conforme aborda Crikemans (2010), são dois os princípios orientadores das divisões de competências entre o governo da federação e suas regiões com a próxima revisão da constituição, princípios estes que podem ser aplicadas também às comunidades: a ideia de *in foro interno, in foro externo* e a inexistência de uma hierarquia entre os níveis federal e regional. Em relação ao primeiro princípio, ele estabelece que:

Entidades federais belgas ou regiões têm que gerenciar suas competências materiais diariamente, não apenas no que diz respeito aos assuntos domésticos, mas também em relação à política externa. Se um governo regional belga é competente internamente para um domínio material, então, automaticamente se torna competente externamente. Seguindo essa lógica, as regiões belgas receberam o direito de enviar seus próprios representantes diplomáticos e de concluir tratados internacionais com partidos terceiros (CRIEKEMANS, 2010, p. 2, tradução nossa)<sup>28</sup>.

A ideia do segundo princípio, basicamente, aponta que a legislação criada pelas regiões é diretamente englobada pelo nível federal. Já que não há uma hierarquia em que as legislações deveriam ser aprovadas pela federação, as regiões são capazes de criar suas próprias leis de acordo com seus interesses (CRIEKEMANS, 2010).

Arwine e Mayer (2013) resumem bem as medidas a serem tomadas a partir da segunda reforma da Constituição em 1980:

Primeiro, haveria eleição direta dos conselhos, cujos membros formariam o Senado nacional, dando voz às comunidades e regiões. Segundo, os executivos locais deveriam ser eleitos pelos conselhos aos quais eles seriam os responsáveis. Terceiro, as áreas de competência dos conselhos foram especificadas. Quarto, as rendas das comunidades e regiões deveriam vir de concessões do estado, bem como de poderes individuais de tributação. Quinto, a comunidade de língua alemã recebeu um conselho eleito. Sexto, haveria um tribunal de arbitragem para resolver questões de competência e conflitos de interesse (ARWINE; MAYER, 2013, p. 79, tradução nossa)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Belgian federated entities or regions have to manage their material competences on a daily basis, not only regarding domestic affairs, but also with respect to foreign policy. If a Belgian regional government is competent internally for a material domain, then it also automatically becomes competent externally. Following this rationale, the Belgian regions have been granted the right to send their own diplomatic representatives, and to conclude international treaties with third parties.

<sup>29</sup> First there was to be direct election of the councils, whose members would form the national Senate, giving voice to the communities and regions. Second, the local executives were to be elected by the councils to whom they would be responsible. Third, the areas of competence for the councils were specified. Fourth, the incomes of the communities and regions were to come from grants from the state as well as from individual powers of taxation. Fifth, the German speaking community was given a directly elected council. Sixth, there would be a court of arbitration to resolve issues of competence and conflicts of interest.

Portanto, as comunidades concentram-se em atribuições ligadas à cultura, ensino, uso de línguas, e também política de saúde ou assistência à população, como proteção aos jovens e acolhimento de imigrantes. Elas igualmente são competentes em matéria de investigação científica e relações internacionais nas áreas que são da sua competência.

Em relação às regiões, todas as três são competentes em questões de economia, emprego, agricultura, habitação, energia, meio ambiente, obras públicas e transporte, e qualquer outro assunto relacionado à ocupação territorial, como também as relações internacionais pertinentes a estas atribuições.

#### **2.4.2 A terceira e a quarta reforma de Estado**

É somente a partir da terceira reforma da Constituição, em 1988, que a Região de Bruxelas-Capital passa a funcionar de fato seguindo as competências descritas anteriormente e sendo dotada também de um parlamento e um governo (BÉLGICA, 2021). É importante mencionar que os falantes do neerlandês decidiram fundir as instituições da Comunidade flamenga e da Região de Flandres num único Parlamento Flamengo. Na capital, por conta de seu caráter bilíngue, a gestão destes assuntos é realizada em conjunto por francófonos e flamengos: “cada fração linguística de Bruxelas tem sua própria comissão comunitária, separada do parlamento eleito, para decidir sobre educação, cultura e questões de saúde de sua própria comunidade” (ARWINE; MAYER, 2013, p. 79, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Após longo processo de regionalização e descentralização do Estado Unitário, a quarta reforma da Constituição em 1993 oficializa as medidas das reformas anteriores e a Bélgica se torna um Estado Federal. A partir de então, o Artigo 1º da Constituição belga passa a ser: “A Bélgica um Estado Federal composto por Comunidades e Regiões” (tradução nossa)<sup>31</sup>.

No entanto, o Poder Judiciário não foi descentralizado. A Corte Constitucional, antiga Corte de arbitragem, é o órgão federal responsável pela resolução de conflitos de competências entre o governo federal e os governos comunitários ou regionais.

Na Bélgica, as duas principais regiões são compostas e divididas em 10 províncias e 581 comunas, também compreendidas por municípios menores. Conforme o mapa 2: as escritas sublinhadas referem-se ao nome das províncias, enquanto que as acompanhadas por um ponto preto são suas devidas capitais, ambas nominadas de acordo com a língua francesa.

---

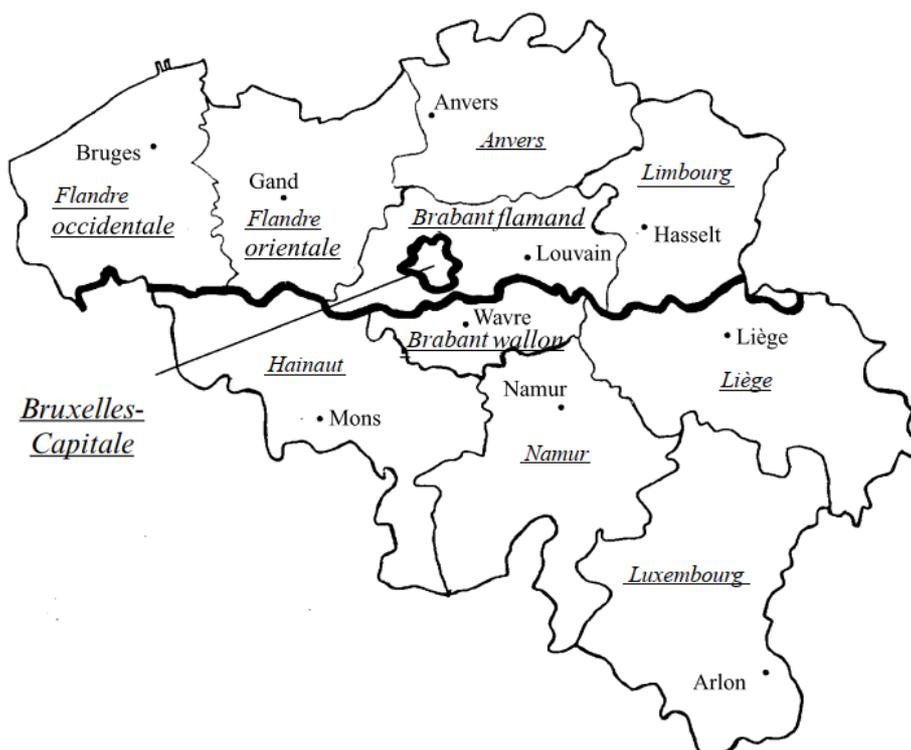
<sup>30</sup> Each language segment of Brussels has its own community commission, separate from the elected parliament, to rule on educational, cultural, and health matters of its own community.

<sup>31</sup> La Belgique est un État fédéral qui se compose des communautés et des régions.

Cinco províncias pertencem à Região de Flandres, ao norte, e cinco à Região da Valônia, ao sul.

Portanto, de acordo com o *site* da Bélgica (2021), são elas: Anvers (Antwerpen), Brabant flamand (Vlaams-Brabant), Flandre occidentale (West-Vlaanderen), Flandre orientale (Oost-Vlaanderen) e Limbourg (Limburg)<sup>32</sup>, compreendendo 300 comunas na Região de Flandres. Outras 262 comunas são encontradas na Região sul, divididas entre as províncias: Brabant Wallon, Hainaut, Liège, Luxembourg e Namur. As 19 comunas faltantes se encontram na Região de Bruxelas-Capital.

## Mapa 2 - Províncias da Bélgica



Fonte: Câmara dos Representantes da Bélgica (2021).

### 2.4.3 As duas mais recentes reformas de Estado

Dois acordos estabelecem a quinta reforma de Estado em 2001. O Acordo de Lambermont permite a transferência de mais competências aos níveis regionais e comunitários do Reino e prevê “medidas relativas ao financiamento das Comunidades, ao alargamento dos poderes fiscais das regiões, bem como a uma dotação suplementar das

<sup>32</sup> Lê-se entre parênteses o nome das províncias na língua neerlandesa.

autoridades federais para as comissões das Comunidades Francesa e Flamenga” (BÉLGICA, 2021, tradução nossa)<sup>33</sup>. O segundo acordo, de Lombard, aponta mudanças no modo de funcionamento das instituições de Bruxelas, sendo elas a repartição de cadeiras e o estabelecimento da maioria necessária para aprovar decretos regionais nos dois grupos linguísticos que compõem essa região (BÉLGICA, 2021).

A sexta e mais recente reforma de Estado é realizada em diversas etapas e promulga mais uma série de transferência de competências<sup>34</sup> do Estado Federal às Regiões e Comunidades promovendo “um Estado federal mais eficiente e entidades mais autônomas” (BÉLGICA, 2021, tradução nossa)<sup>35</sup>. Como outras medidas têm se a cisão e a reforma judicial do distrito eleitoral de Bruxelles-Hal-Vilvorde. Como já mencionado, esta questão provocou inúmeros desentendimentos entre as regiões e comunidades linguísticas, tornando-se uma crise política no país, e será utilizada como um exemplo para a resposta do questionamento dessa pesquisa no capítulo seguinte.

Além disso, o Senado se torna uma Assembleia de Entidades federadas, o papel da Câmara de Representantes é reforçado e ainda há “a reforma da lei especial de financiamento que regulamenta o financiamento dos diversos entes federados do país, permitindo a efetiva execução das competências transferidas” (BÉLGICA, 2021, tradução nossa)<sup>36</sup>.

Em suma, foram contextualizados neste capítulo a formação da sociedade e do Estado belga e as principais mudanças a partir de suas reformas constitucionais. De forma a resumir a complexidade da divisão de competências nos níveis federais, regionais, comunitários, provinciais e comunais, juntamente com os órgãos legislativos e executivos que as regulam, observar o quadro 3, a seguir.

---

<sup>33</sup> Mesures relatives au financement des Communautés, l'extension des compétences fiscales des Régions ainsi qu'une dotation supplémentaire des autorités fédérales aux Commissions communautaires française et flamande. Disponível em:

<[https://www.belgium.be/fr/la\\_belgique/connaitre\\_le\\_pays/histoire/la\\_belgique\\_a\\_partir\\_de\\_1830/constitution\\_de\\_l\\_etat\\_federal/cinquieme\\_reforme\\_de\\_l\\_etat](https://www.belgium.be/fr/la_belgique/connaitre_le_pays/histoire/la_belgique_a_partir_de_1830/constitution_de_l_etat_federal/cinquieme_reforme_de_l_etat)> Acesso em 15 nov. 2021.

<sup>34</sup> Mais informações sobre as divisões de competências atuais podem ser encontradas na página <[https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf\\_sections/pri/fiche/fr\\_05\\_00.pdf](https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf_sections/pri/fiche/fr_05_00.pdf)>.

<sup>35</sup> Un État fédéral plus efficace et des entités plus autonomes.

<sup>36</sup> La loi spéciale de financement réformée règle le financement des différentes entités fédérées du pays, permettant aux compétences transférées d'être effectivement exécutées.

**Quadro 3 - Os níveis de competência e seus órgãos reguladores**

| Nível              | Competências  | Órgão Executivo   | Órgão Legislativo   |
|--------------------|---|---|---|
| <b>Federal</b>     | Unidade institucional, econômica, financeira e social: segurança pública, orçamentos, gestão do Estado, legislação, subsídios, dentre outros. | Governo federal   | Câmara dos Representantes e Senado  |
| <b>Comunitário</b> | Assuntos relacionados às pessoas: cultura, idioma, ensino, saúde, assistência social, dentre outros   | Governo flamengo; Governo da Comunidade Francesa e Governo da Comunidade Germanófono            | Parlamento Flamengo; Parlamento da Comunidade Francesa e Parlamento da Comunidade Germanófono |
| <b>Regional</b>    | Assuntos ligados ao território: agricultura, meio-ambiente, moradia, obras públicas, dentre outros  | Governo flamengo <sup>37</sup> ; Governo da Região valã e Governo da Região de Bruxelas-Capital | Parlamento Flamengo; Parlamento Valão e Parlamento da Região de Bruxelas-Capital              |
| <b>Provincial</b>  | Interesses provinciais, como gestão florestal e promoção do turismo   | Colégio Provincial, Região da Valónia e Delegação, Região Flamenga                              | Conselho provincial   |
| <b>Comunal</b>     | Interesses comunais, manutenção da ordem e gestão de finanças   | Colégio do burgomestre e dos vereadores   | Conselho municipal  |

Fonte: Elaborado pelo autor com informações da Câmara dos Representantes da Bélgica, 2021.

## 2.5 Nível federal

A composição dos órgãos legislativo e executivo ao nível federal é o mais relevante para a resolução do problema desta pesquisa. Por se tratar de uma Monarquia Constitucional, conforme já mencionado, o Poder Executivo é composto pelo Rei e seu Governo, composto de ministros e secretários de Estado. Os ministros são designados de acordo com as prioridades dos líderes dos partidos que conseguem formar uma coalizão para assumir a Câmara de Representantes. O Rei, então, apenas os oficializa. O governo federal é então composto por 15 ministros, sendo um deles o líder do governo na figura do Primeiro Ministro, o qual precisa ser neutro para representar todos os belgas, já que a paridade linguística deve ser respeitada, consequentemente, sendo formado por 7 ministros flamengos e 7 francófonos. Os secretários de Estado não precisam ser escolhidos de acordo com a paridade linguística.

<sup>37</sup> Em Flandres, as instituições se unem e formam apenas um Parlamento e Governo para as regiões e comunidades.

Há ainda, os vices Primeiro Ministro, cujo objetivo é gerir conflitos e propor compromissos e são frequentemente representados pelos líderes dos partidos que compõem a coalizão<sup>38</sup>.

A Câmara dos Representantes é composta por 150 deputados, sendo 62 francófonos e 88 neerlandeses, seguindo o princípio da representação proporcional. Estes são eleitos pelos belgas maiores de 18 anos. Portanto, para obter a maioria e compor um governo é necessária a união de no mínimo 76 deputados. A dificuldade para formar uma coalizão será abordada no terceiro capítulo, estendendo os breves comentários feitos no primeiro capítulo, juntamente com a composição da Câmara, a qual é o único órgão capaz de dissolver o governo:

[...] só ela pode chamar o governo ou um ministro à ordem e, se necessário, retirar a sua confiança no governo. A interpelação é um dos meios de controle à disposição dos membros do Parlamento. Várias centenas de detenções são feitas a cada ano (VIVRE EN BELGIQUE, 2021, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Já o Senado, também entendido como Assembleia das Regiões, é formado da seguinte maneira:

O Senado tem 60 membros. 50 senadores são nomeados pelos membros dos parlamentos das Comunidades e Regiões. O todo é composto por 10 membros do Parlamento da Comunidade Francesa, 8 membros do Parlamento da Região da Valônia, 29 membros do Parlamento Flamengo, 2 membros do grupo linguístico francófono do Parlamento da Região de Bruxelas-Capital e 1 membro do Parlamento da Comunidade Germanófona. Os 10 senadores restantes são cooptados com base nos resultados das eleições (BÉLGICA, 2021, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Conceitos e contextualizações expostas, é possível resolver o questionamento dessa monografia no capítulo que segue, por meio da exemplificação das crises políticas decorrentes de uma nação, cujo caráter é não monolítico, formada por uma sociedade fragmentada composta por sentimentos nacionalistas.

<sup>38</sup> As informações deste parágrafo foram retiradas no site oficial da Bélgica e também da página *Vivre en Belgique*: <<https://www.vivreenbelgique.be/10-institutions-belges/organisation-de-l-etat>> Acesso em 14 nov. 2021.

<sup>39</sup> Elle seule peut rappeler le gouvernement ou un ministre à l'ordre et, le cas échéant, retirer sa confiance au gouvernement. L'interpellation est l'un des moyens de contrôle dont disposent les députés. Plusieurs centaines d'interpellations sont faites chaque année. Disponível em: <<https://www.vivreenbelgique.be/10-institutions-belges/organisation-de-l-etat>> Acesso em 14 nov. 2021.

<sup>40</sup> Le Sénat compte 60 membres. 50 sénateurs sont désignés par les parlements des Communautés et des Régions parmi leurs membres. Le groupe est constitué de 10 membres du Parlement de la Communauté française, 8 membres du Parlement de la Région wallonne, 29 membres du Parlement flamand, 2 membres du groupe linguistique francophone du Parlement de la Région de Bruxelles-Capitale et 1 membre du Parlement de la Communauté germanophone. Les 10 sénateurs restants sont cooptés sur la base des résultats électoraux. Disponível em: <[https://www.belgium.be/fr/la\\_belgique/pouvoirs\\_publics/autorites\\_federales/parlement\\_federal](https://www.belgium.be/fr/la_belgique/pouvoirs_publics/autorites_federales/parlement_federal)> Acesso em 14 nov. 2021.

### **3. A NAÇÃO BELGA NÃO MONOLÍTICA ENQUANTO INFLUENCIADORA DE CRISES POLÍTICAS**

A partir dos conceitos apresentados no primeiro capítulo e da contextualização da Bélgica exposta no capítulo dois, é possível encontrar a resposta do questionamento desta pesquisa. Logo, neste capítulo, serão expostos os argumentos que comprovam que o caráter não monolítico da Bélgica enquanto nação influencia suas crises políticas.

Primeiramente, este caráter será explicado ao se relacionar os conceitos de nação e nacionalismo com a realidade belga. Em seguida, serão abordados seus desdobramentos atrelados à cisão dos partidos políticos e será feita a exemplificação de como ele tem influenciado na ocorrência de recorrentes crises políticas do Estado belga.

#### **3.1 A nação belga não monolítica**

O caráter não monolítico da nação belga é explicado pela existência dos sentimentos nacionalistas desenvolvidos pelos flamengos e valões em relação às suas respectivas regiões e comunidades, se sobrepondo ao sentimento nacionalista belga.

Apesar da tentativa e do compromisso do grupo francófono de estabelecer um país homogêneo durante a criação do Estado, através do reforço de sua unidade e do combate ao individualismo político, as clivagens religiosa, linguística e de classe não permitem e não refletem a ideia de um Estado unitário caracterizado por um só povo e território.

Os partidos Liberal e Católico começam a se opor por conta do controle dos meios de socialização nas relações entre Estado e Igreja. Posteriormente, a questão da pobreza e das precárias condições de trabalho geradas a partir da industrialização ganha relevância e divide mais ainda a sociedade com a emergência do Partido Socialista. Em seguida, a questão linguística e cultural se coloca à frente nas reivindicações sociais, defendidas principalmente pelos flamengos na busca da inclusão do neerlandês como idioma oficial do Estado e único nas regiões habitadas por eles. Sendo assim, a ideia de sentimento nacional belga foi pouco desenvolvida entre os belgas e perde mais relevância conforme as ideias anti nacionalistas extremistas que surgem durante o Século XX.

Foi apontado nesse estudo que o movimento flamengo se constitui na busca por reconhecimento de sua identidade linguística e cultural num contexto em que o idioma e a cultura predominante na sociedade belga eram francesas. Já o movimento valão surge

justamente ao perceber sua minoria política num contexto de ascensão flamenga, principalmente em relação ao desenvolvimento econômico.

De acordo com Arwine e Mayer (2013),

Em nações com uma subcultura ou subnação geograficamente definida, a identidade dos residentes dessa subcultura é com a subcultura ao custo de enfraquecer a identidade com o estado-nação. Na Bélgica, nós vimos este fenômeno levado ao ponto onde é permitido o questionamento se existe realmente algo como a Bélgica (ARWINE; MAYER, 2013, p. 86, tradução nossa)<sup>41</sup>.

O argumento defendido é o seguinte: as clivagens da sociedade belga, ao se perpetuar e se fragmentar cada vez mais, criam nacionalismos de caráter político de acordo com os sentimentos de pertencimento dos flamengos e valões para com suas comunidades e regiões, se sobrepondo a um sentimento único em relação ao Estado.

Os movimentos nacionalistas flamengo e francófono se encaixam nas premissas de Breuilly (2000) quanto às condições de um nacionalismo político<sup>42</sup>, descritas no primeiro capítulo; seguem a ideia de Guimarães (2008) na defesa de seus interesses em busca por alterações da política estatal, e são produtos de um sistema cultural e político conforme o pensamento de Anderson (1983), principalmente no que se refere a uma necessidade de legitimidade emocional.

Para reforçar o argumento é possível utilizar a ideia de Gellner (1964, p. 169 *apud* ANDERSON, 1983, p. 32), “O nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”. Nessa lógica, defende-se que os nacionalismos flamengo e francófono criam nações em suas respectivas regiões e comunidades. Pode-se confirmar que essas nações inventadas se encaixam em praticamente todas as premissas de Anderson (1983), exceto por uma característica: elas não são soberanas.

Neste sentido, essas nações são limitadas devido à existência de uma fronteira administrativa oficializada em 1962 (HISTOIRE DES BELGES, 2021), mas que já era delimitada de acordo com os territórios no qual viviam os flamengos e os valões, norte e sul, respectivamente. Além do mais, os indivíduos compartilham coisas em comum, como língua, cultura e território, criando uma comunidade fraternal apesar de problemas de desigualdade e

---

<sup>41</sup> In nations with a geographically defined subculture or sub-nation, the identity of the residents of that subculture is with the sub-culture at the cost of weakening identity with the nation-state. In Belgium, we have seen this phenomenon carried to the point where the question is raised as to whether there really is such a thing as Belgium.

<sup>42</sup> Vale lembrar que o nacionalismo flamengo e o francófono encontram sua autonomia em partidos políticos, enquanto o nacionalismo belga a encontra no Estado soberano.

diferença de classe. E é claro, são imaginadas de formas diferentes, de acordo com as concepções de Anderson (1983).

Porém, uma nação deve ser soberana (ANDERSON, 1983), ou seja, deve ser construída pelo Estado (GUIMARÃES, 2008). Consequentemente, as Regiões e Comunidades, entes federativos da Bélgica a partir do processo de federalização, apesar de possuírem a soberania compartilhada pelo Estado após a descentralização de competências em diversos âmbitos (ELAZAR, 1995), não podem constituir nações juridicamente reconhecidas e não são totalmente soberanos. Para isso, uma separação teria que ocorrer e um novo Estado precisaria ser criado.

Os flamengos e valões são fiéis às suas regiões e comunidades. O depoimento de um militante flamengo exemplifica de forma clara essa fidelidade: “Nós somos primeiro flamengos, e depois belgas. Flamengos somos por natureza e por decreto de Deus. Somos belgas apenas por pacto político” (STENGERS, 1981, p. 59 *apud* ARWINE; MAYER, 2013, p. 81, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Assim sendo, seus interesses e objetivos se resumem em torno de desenvolver seu próprio território, cultura, economia, ensino, ou seja, sua região e comunidade, por meio das competências que lhe são concedidas conforme abordado no segundo capítulo. O processo de federalização só reforça e amplia essa lealdade política.

Nessa época, os federalistas valões priorizam o poder e desenvolvimento econômico, competentes às Regiões, enquanto os federalistas flamengos priorizam a esfera cultural, sendo-lhes concedida autonomia para regular essas esferas (STENGERS, 1996). Portanto, é compreensível um sentimento de pertencimento primeiro em relação a elas para depois se sentirem pertencentes a uma entidade maior. Além do mais, outras características decorrentes deste caráter não monolítico permitem a influência nas crises políticas do Estado.

### **3.2 Os desdobramentos da cisão partidária**

O ponto de partida para exemplificar as crises políticas influenciadas pelo caráter não monolítico da nação belga é a cisão dos partidos políticos na clivagem linguística entre 1968 e 1978. De acordo com LETON (1990),

Nunca será demais enfatizar a importância da comunitarização dos partidos políticos tradicionais como fonte de tensão na comunidade. Na Bélgica, ao contrário da

---

<sup>43</sup> We are Flemish first, and after that Belgian. Flemish we are by nature and by decree of God. Belgian we are only by political pact.

maioria dos países, incluindo países organizados sob uma estrutura federal, os partidos políticos se apresentam em uma parte dos distritos eleitorais. (LETON, 1990, p. 74, tradução nossa)<sup>44</sup>.

Essa fragmentação estabelece que os partidos de língua neerlandesa só competem na Região de Flandres enquanto os partidos de língua francesa só podem competir na Região da Valónia, estando ambos presentes somente na Região de Bruxelas-Capital bilíngue. Logo, os representantes partidários são eleitos em seus respectivos grupos linguísticos. Em relação aos deputados eleitos da comunidade dos falantes de alemão, eles se encontram juntamente com a comunidade de língua francesa. Uma das consequências negativas advém do fato que essa segregação pode promover uma retórica nacionalista (HOROWITZ, 1985 *apud* HOOGHE, 2012).

Já que os partidos só precisam se apresentar e cativar o eleitorado de sua Comunidade e Região, pode-se simplesmente fazer promessas políticas de entregar aos flamengos o que eles estão almejando:

Se um partido só tem que se dirigir à opinião pública flamenga, é mais simples prometer "implementar o que os flamengos sempre pediram". Dificilmente haverá um eleitor na região flamenga que fará objeções a isso. O principal problema, no entanto, é que, após a eleição, um novo governo de coalizão deve ser formado, e a retórica nacionalista deve ser abandonada em favor de se chegar a um compromisso (HOOGHE, 2012, p. 133, tradução nossa)<sup>45</sup>.

Complementando, os belgas somente podem votar nas listas dos partidos que pertencem às suas regiões e comunidades. Portanto, um belga flamengo, ao depositar seu voto num partido de cunho democrata liberal, por exemplo, está na verdade depositando seu voto em prol deste partido de sua região e comunidade linguística, ou seja, Flandres e Flamenga. Após, deve-se aguardar o resultado das eleições e, em seguida, esperar e torcer para que este partido consiga, durante as negociações, compor a maioria necessária para formar o governo.

Reforçando a ideia de Hooghe (2012) e conectando com as premissas do modelo consensual de democracia de Lijphart (2003), os novos governos devem tentar responder ao resultado das eleições, ao abarcar e representar as diferentes minorias no processo decisório e

---

<sup>44</sup> On ne soulignera jamais assez l'importance de la communautarisation des partis politiques traditionnels comme source de tension communautaire. En Belgique, à la différence de la plupart des pays, y compris des pays organisés selon une structure fédérale, les partis importants ne se présentent plus que dans une partie des circonscriptions électorales.

<sup>45</sup> If a party only has to address Flemish public opinion, it is rather straightforward to promise 'to implement what the Flemish have always asked'. There is hardly a voter in the Flemish region who would object to that. The main problem, however, is that after the election a new coalition government has to be formed, and the nationalist rhetoric has to be abandoned in favour of reaching a compromise.

na formação de coalizões. Nesta conjuntura, o número de partidos que conquistam representação no Parlamento cresce de forma rápida (WINTER; DUMONT, 2006).

Ao passo que os partidos tradicionais Cristão Democrata, Liberal e Socialista se dividem em dois ramos independentes nas Regiões Flamengo e Francófona, surgem os partidos linguísticos regionais, Volksunie em Flandres, Rassemblement Wallon na Valônia e Front Démocratique des Francophones na Região de Bruxelas, os quais já conseguem fazer parte de um governo de coalizão em 1970 (WINTER e DUMONT, 2006).

No final da década de 1970, surgiram o nacionalista ultra-flamengo e anti-migrante Vlaams Blok, o poujadista Union Démocratique pour le Respect du Travail e os partidos verdes (AGALEV na Flandres e ECOLO nas áreas francófonas). Assim, em 1981, quatorze partidos estavam representados no Parlamento (WINTER e DUMONT, 2006, p. 256, tradução nossa)<sup>46</sup>.

O sistema parlamentarista, em que se encontram esses partidos tradicionais e emergentes, é aquele que está condicionado ao estabelecimento de uma maioria de um partido ou, no caso belga, de uma coalizão de partidos. Desse modo, a existência de um governo neste sistema depende da conservação dessa maioria num processo de dependência mútua (STEPAN, 1989). Além disso, o sistema partidário fragmentado é produto da realidade belga e cumpre a tarefa de tornar a formação de coalizões mais complicada. “O grande número de partidos relevantes aumenta a incerteza e o potencial de evasão, minando a estabilidade do gabinete” (WINTER; DUMONT, 2003, p. 259, tradução nossa)<sup>47</sup>.

Na teoria, não se descarta a possibilidade da formação de uma maioria de forma mais fácil. Neste caso, os partidos do grupo neerlandês ou francófono poderiam compor coalizões somente com seus próprios partidos, da Valônia ou de Flandres, conforme as ideias de Hooghe (2012). Porém, o governo não poderia ser caracterizado como legítimo na prática:

Teoricamente, seria possível formar a maioria apenas com os partidos flamengos [...] mas tal medida unilateral seria considerada como totalmente sem legitimidade. Na prática, as conversações da coalizão na Bélgica sempre visam atingir mais ou menos a maioria em cada grupo linguístico (HOOGHE, 2012, p. 134, tradução nossa)<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> At the end of the 1970s came the ultra-Flemish nationalist and anti-migrant Vlaams Blok, the poujadist Union Démocratique pour le Respect du Travail, and the Green parties (AGALEV in Flanders and ECOLO in the Francophone areas). Thus, by 1981 fourteen parties were represented in Parliament.

<sup>47</sup> The large number of relevant parties increases uncertainty and shirking potential, thus undermining cabinet stability.

<sup>48</sup> Theoretically, it would be possible to form a majority with only the Flemish parties [...] but such a unilateral step would be considered as totally lacking legitimacy. In practice, coalition talks in Belgium are always aimed at reaching more or less a majority within every language group.

Uma maioria governamental composta quase inteiramente por partidos flamengos foi formada após as eleições de 2014 e permaneceu unida até 2018, quando o partido com maior representantes se retira do governo por conta de desacordos na assinatura causando uma longa crise política.

A questão das maiorias necessárias pode ser observada igualmente no momento das reformas constitucionais, as quais devem ser aprovadas e apoiadas por grandes grupos, “a Constituição belga determina que a mesma só pode ser alterada por meio do acordo de dois terços no parlamento, com uma maioria simples em cada grupo de linguagem” (HOOGHE, 2012, p. 133, tradução nossa)<sup>49</sup>, ou seja, um grupo majoritário de deputados flamengos tanto quanto francófonos devem ser alcançadas para poder modificar qualquer medida em relação à constituição. Neste sentido, a formação de coalizões também devem ser aprovadas e se tornam mais complicadas do que já são, pois as deliberações devem ser feitas por ambos neerlandeses e francófonos. Porém,

Embora os partidos políticos ainda mostram uma tendência de aderir a coalizões governamentais em uma base simétrica (por exemplo, o Partido Socialista Holandês e Francês decidem juntos ingressar em um governo ou não), ambos os partidos formulam suas próprias demandas, e duas conferências partidárias separadas terão decidir se aprovará ou não a coalizão de governo (HOOGHE, 2012, p. 132, tradução nossa)<sup>50</sup>.

Desta forma, os partidos podem expressar suas diferentes perspectivas em relação aos caminhos que podem ser traçados por ele de acordo com sua região e comunidade, conforme a seguinte ideia:

Partidos do Norte e do Sul possuem visões diferentes sobre o futuro da Bélgica e mobilizam seus eleitores com promessas de reformas que são quase evidentes de sua parte, mas dificilmente pensável pela outra parte (DESCHOUWER; REUCHAMPS, 2013, p. 268, tradução nossa)<sup>51</sup>.

Sendo assim, esse elemento é reforçado pelos resultados eleitorais em cada grupo linguístico, os quais não são congruentes. Conforme apontam Deschouwer e Reuchamps (2013), os dois grupos linguísticos são caracterizados ao seguirem ideologias diferentes.

---

<sup>49</sup> The Belgian constitution rules that the constitution can only be amended by a two-third majority in parliament, with a simple majority in every language group.

<sup>50</sup> While the political parties still show a tendency to join government coalitions on a symmetrical basis (e.g., the Dutch and the French Socialist Party decide together to join a government or not), both parties formulate their own demands, and two separate party conferences will have to decide whether or not to approve of the government coalition.

<sup>51</sup> Parties of the north and of the south have different views on the future of Belgium and mobilize their voters with promises for reforms that are almost self-evident on their side, but hardly thinkable on the other side.

Os dois grupos de idiomas sempre votaram de forma diferente, com o Sul seguindo a linha centro-esquerda e um norte mais centro-direita. Essas diferenças não desaparecem, especialmente com a ascensão de um novo partido regionalista (e conservador) em Flandres. No sul, uma coalizão de centro-esquerda é mais provável, enquanto no norte uma coalizão de centro-direita tem melhores chances (DESCHOUWER; REUCHAMPS, 2013, p. 267, tradução nossa)<sup>52</sup>.

Portanto, o resultado das eleições tem sido caracterizado pela maioria centro-direita ao norte e uma maioria centro-esquerda ao sul. Para formar um governo e mantê-lo efetivo, os partidos precisam responder não somente ao seu grupo linguístico, mas também ao outro grupo linguístico (DESCHOUWER; REUCHAMPS, 2013).

A dificuldade na formação de coalizões se encontra justamente na cisão dos partidos tradicionais liberal, cristão e socialista na clivagem linguística e na emergência de outros, o que possibilita inúmeras associações entre partidos e negociações mais intensas, as quais demandam mais tempo no sentido de equilibrar os interesses de todos os partidos que compõem a coalizão, tanto para o lado flamengo quanto para o valão. Têm-se então uma das razões para as instabilidades: a crescente fragmentação do sistema partidário belga (HOOGHE, 2012), permitido pela nação fragmentada, conforme já abordado.

Essa dificuldade é caracterizada também pelo fato do sistema eleitoral da Bélgica ser extremamente proporcional, o qual permite a presença de diversos partidos no Parlamento, até mesmo de partidos menores através do estabelecimento de uma cota mínima de cinco por cento dos votos para assumir cadeiras parlamentares (HOOGHE, 2012).

Em resumo,

Os partidos políticos desempenham um papel central no sistema político belga. Ele permanece uma 'partidocracia' típica. Partes controlam governos e parlamentos em todos os níveis e mantiveram - mesmo que em menor grau do que antes - um controle sobre a administração pública (Brans et al., 2006). As instituições políticas federais que foram postas em prática são o resultado de negociações entre partidos políticos (WINTER; DUMONT, 2006 e BRANS et al., 2006 *apud* DESCHOUWER; REUCHAMPS, 2013, p. 267, tradução nossa)<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> The two language groups have always voted differently, with a more centre-left south and a more centre-right north. These differences do not disappear, especially with the rise of a new regionalist (and conservative) party in Flanders. In the south a centre-left coalition is more likely, while in the north a centre-right coalition has better chances. Neither of them is fully congruent with the federal coalition.

<sup>53</sup> Political parties play a central role in the Belgian political system. It has remained a typical 'partitocracy' (De Winter and Dumont, 2006). Parties control governments and parliaments at all levels and have kept—be it to a lesser extent than before—a grip on the public administration (Brans et al., 2006). The federal political institutions that have been put in place are the results of negotiations between political parties.

Em vista disso, será abordado um momento crítico da história moderna da Bélgica, em que os partidos relutaram por muito tempo em depositar sua confiança em outros para assim poder constituir uma coalizão política que pudessem compor o governo federal, estabelecendo longas crises políticas.

### 3.3 A crise de 652 dias

De acordo com a bibliografia referenciada, na figura dos autores Hooghe (2012), Arwine e Mayer (2013), Deschouwer e Reuchamps (2013), cujas obras são utilizadas frequentemente como referência, são apontadas inúmeras crises políticas do Estado, sendo mais frequentes no período pré federalização. Conforme exemplifica Hooghe (2012), a partir da Segunda Guerra Mundial, a Bélgica passa por vários períodos de instabilidade governamental, refletindo um país difícil de se governar. Dewachter (1990) apresenta alguns exemplos:

A Bélgica passou por crises governamentais bastante longas: 131 dias em 1968, 96 dias em 1974, 106 dias em 1979, 87 dias em 1981 e 147 dias em 1987-1988. Para o grupo do período previsto: 1.216 dias, ou seja, 3 anos e 4 meses (DEWACHTER, 1990, p. 40, tradução nossa)<sup>54</sup>.

Posteriormente, têm-se ainda dois momentos emblemáticos na história da Bélgica: nos anos de 2010 e 2011 o país permanece sem governo durante 541 dias, após desacordos em relação à questão linguística e eleitoral de Bruxelas-Halle-Vilvoorde, estabelecendo um recorde. Como se não fosse o suficiente, de 2018 a 2020, eles se superam ao permanecer 652 dias sem governo. De forma a exemplificar mais nitidamente como o caráter não monolítico influencia em crises políticas, esta última crise será explicada e conectada com o sentimento nacionalista flamengo.

A queda do governo belga em 2018 é caracterizada pela retirada do partido político nacionalista flamengo de extrema direita, a Nova Aliança Flamenga (N-VA) da coalizão governamental liderada pelo então Primeiro-Ministro, Charles Michel, desde 2014. Essa saída do governo ocorre por conta da falta de concordância deste partido em relação à adesão ao Pacto Global para a Migração das Nações Unidas (G1, 2018).

---

<sup>54</sup> La Belgique connaît des crises gouvernementales assez longues, du moins à partir de 1968 : 131 jours en 1968, 96 jours en 1974, 106 jours en 1979, 87 jours en 1981 et 147 jours en 1987-1988. Pour l'ensemble de la période envisagée : 1 216 jours, soit 3 ans et 4 mois.

Este acordo tinha como objetivo equilibrar as relações entre países e migrantes. Desta forma, ele apresenta 23 objetivos a serem buscados pelos Estados numa cooperação internacional. Este Pacto foi assinado por 164 países, comprometidos na união em prol do gerenciamento de melhores condições de migração ao fortalecer os direitos dos migrantes. Ademais, ele é criado num contexto de intensa crise migratória, caracterizada por volta de 260 milhões de pessoas que estão fora de suas casas e buscam um novo lar (G1, 2018).

Os nacionalistas flamengos do N-VA, ganhadores das eleições de 2014 na região de Flandres, compunham uma coalizão inédita com três outros partidos flamengos e um francófono. É o caso da coalizão formada pelo partido cristão democrata CD&V, juntamente com os partido liberais Open Vld, de Flandres e MR da Valónia, e o partido nacionalista N-VA (G1, 2014).

Este último é o único da coalizão que se opõe ao pacto e demonstra, antes mesmo de oficializar sua saída, que não está de acordo com o apoio do Primeiro Ministro e dos outros partidos, seja por meio de manifestações violentas de grupos de direita em Bruxelas ou de divulgação de imagens alarmistas contra a imigração (G1, 2018)<sup>55</sup>.

O então Primeiro Ministro, Charles Michel, após um período de 10 dias liderando um governo minoritário, anuncia sua renúncia ao Rei, mas não é por falta de tentativas de permanecer no cargo que ele o deixa.

Michel chegou a fazer um apelo ao parlamento para que as forças da Casa se unissem em torno do seu governo para formar uma "coalizão de boa vontade" até as próximas eleições federais. Ele também propôs um roteiro para essa coalizão provisória com o objetivo de aprovar projetos em áreas como segurança e clima. Mas o apelo foi visto com desconfiança pelos socialistas e os verdes, que julgaram que as propostas de Michel – que é filiado ao partido francófono Movimento Reformador, de tendência liberal – foram vagas demais (DEUTSCHE WELLE, 2018).

A imprensa belga defendeu a ideia de que a maioria governamental liderada pelo N-VA já estava em risco por conta de suas considerações radicais em relação à questão migratória, e interpretou a sua decisão em sair do governo como jogada eleitoral no apelo aos conservadores nas eleições do ano seguinte (G1, 2018). De fato, as eleições de 2019 permitiram uma nova composição do Parlamento Federal e um novo processo de negociação para se formar um governo de coalizão.

---

<sup>55</sup> Todas as informações deste parágrafo foram obtidas no portal G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/09/nacionalistas-flamengos-deixam-governo-de-coalizao-belgica.ghml>> Acesso em: 17 nov. 2021.

Na Bélgica, a Câmara de Representantes deve ser formada por 150 deputados eleitos, sendo 61 francófonos e 89 falantes de neerlandês (LA CHAMBRE, 2021). Para compor este número de deputados, os partidos devem apresentar em sua lista de possíveis representantes a serem eleitos o mesmo número de homens e mulheres desde 2003 (LA CHAMBRE, 2021).

O resultado das eleições federais de 2019 mostraram a possibilidade de coalizão entre 12 partidos, conforme ilustração a seguir.

**Figura 1 - Resultado das eleições federais belgas de 2019**

| Liste          | Nombre de votes | %     | Sièges |
|----------------|-----------------|-------|--------|
| N-VA           | 1 086 787       | 16,03 | 25     |
| PS             | 641 623         | 9,46  | 20     |
| Vlaams Belang  | 810 177         | 11,95 | 18     |
| MR             | 512 825         | 7,56  | 14     |
| Ecolo          | 416 452         | 6,14  | 13     |
| CD&V           | 602 520         | 8,89  | 12     |
| PTB*PVDA       | 584 621         | 8,62  | 12     |
| Open Vld       | 579 334         | 8,54  | 12     |
| sp.a           | 455 034         | 6,71  | 9      |
| Groen          | 413 836         | 6,10  | 8      |
| cdH            | 250 861         | 3,70  | 5      |
| Défi           | 150 394         | 2,22  | 2      |
| Blancs ou nuls | 438 095         |       |        |

Fonte: Câmara dos Representantes da Bélgica (2021).

Na figura lê-se na primeira e segunda coluna a relação dos partidos eleitos e o número de votos recebidos. Na terceira e quarta, há a porcentagem de votos em relação ao total da população seguida pelo número de cadeiras conquistadas pelos partidos. Portanto, a maioria precisava ser formada ao englobar os seguintes partidos de acordo com a figura 1, da comunidade flamenga: Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA), Vlaams Belang, Christen-Democratisch & Vlaams (CD&V), Open Vlaamse liberalen en democraten (Open Vld), Socialistische Partij Anders (sp.a), Groen; e da comunidade francófona, Parti socialiste (PS), Mouvement Réformateur (MR), Écologistes confédérés pour l'Organisation de Luttes

originales (Ecolo), Parti du Travail de Belgique (PTB\*PVDA), centre démocrate Humaniste (cdH) e Démocrate fédéraliste indépendant (Défi).

Conforme os resultados, muitos atores estão envolvidos na composição de uma coalizão política, o que permite maiores combinações e necessidade de mais longas negociações. “Marcada por uma progressão de extremos e ambientalistas, esta eleição fragmentou ainda mais o cenário político e complicou significativamente a formação de uma maioria em torno dos partidos tradicionais, que surgiram enfraquecidos (JOURNAL DE MONTREAL, 2020, tradução nossa).

Neste sentido, este longo período de crise se explica através da compreensão da estrutura política e linguística do Reino. Conforme já visto, o norte flamengo deposita sua confiança cada vez mais para partidos de direita (N-VA) e extrema direita (Vlaams Belang), enquanto o sul valão deposita seu votos para a esquerda (PS), a extrema esquerda (MR) e os ecologistas (Ecolo). É essencial apontar o fato de que na Bélgica, “o resultado da eleição não determina necessariamente quem formará seu governo, muito menos o conteúdo de sua agenda política” (ARWINE; MAYER, 2013, p. 85, tradução nossa)<sup>56</sup>.

A resolução para a crise e a institucionalização de um novo governo é anunciada somente dezesseis meses após as eleições, praticamente vinte e um meses desde a queda do último governo, em 30 de setembro de 2020. Assim, a Bélgica possui um novo Primeiro Ministro, Alexander De Croo, liberal flamengo agora à frente de uma coalizão que une sete partidos e deixa de fora os partidos de maioria eleitoral dos nacionalistas de Flandres, que compõem a oposição. Pode-se dizer que a escolha do ministro ajudaria a amenizar o fato de que os representantes do grupo linguístico neerlandês são minoria (JOURNAL DE MONTREAL, 2020).

Quatremer (2020) resume bem a conjuntura do momento e apresenta a coalizão finalmente formada:

Claramente, o cenário político está fragmentado entre duas democracias que funcionam de forma quase autônoma por cerca de trinta anos. Formar a maioria, equivale a tentar reconciliar o fogo e a água e o exercício é cada vez mais complexo. A equipe federal que está sendo montada, portanto, só poderia ser barroca. É composta por sete partidos, um recorde na história do país, que tudo separa: PS (francófono) e SPA (francófono), liberais do MR (francófono) e do Open VLD (língua holandesa), Democrata Cristão Flamengo (CD&V), Verdes de Ecolo (de língua francesa) e Groen (de língua holandesa). Juntos, eles têm uma confortável maioria parlamentar com 88 assentos em 150, mas muitos duvidam que isso seja

---

<sup>56</sup> The outcome of the election does not necessarily determine who will comprise their government let alone the content of their policy agenda.

suficiente para se manter até 2024, data das próximas eleições gerais. (QUATREMER, 2020, tradução nossa)<sup>57</sup>

Sendo assim, a maioria formada após esse longo período de negociações, nomeada como *Vivaldi*, une sete partidos os partidos de cunho socialista (28 representantes), liberal (26 representantes) a ecológico (21 representantes) de ambas comunidades linguísticas, englobando também o democrata cristão (12 representantes), conseqüentemente, deixando de fora justamente os partidos nacionalistas citados anteriormente e o partido de maior força eleitoral em 2019, a N-VA (LE SOIR, 2020).

Portanto, essa instabilidade governamental é influenciada pelo caráter não monolítico da nação justamente por intermédio do nacionalismo político flamengo, na figura do partido N-VA, de extrema direita, que anuncia sua saída da coalizão, conseqüentemente, retirando seus ministros do governo. Ao expressar seu voto de desconfiança, faz com que a coalizão governamental seja dissolvida de forma que uma nova maioria seja composta, ou para que novas eleições sejam estipuladas. Deste modo, as negociações para formar uma coalizão ao englobar os interesses de todos os partidos que a caracterizariam se alongaram por volta de vinte e um meses, o que reflete a fragmentação da cena política federal, estabelecendo um recorde para o governo belga que fica sem governo pelo período mais longo de sua história.

---

<sup>57</sup> En clair, le paysage politique est éclaté entre deux démocraties fonctionnant de façon quasi autonome depuis une trentaine d'années. Former une majorité revient donc à essayer de concilier l'eau et le feu et l'exercice est à chaque fois plus complexe.

L'attelage fédéral qui se met en place ne pouvait donc qu'être baroque. Il est composé de sept partis, un record dans l'histoire du pays, que tout sépare : PS (francophone) et SPA (néerlandophone), libéraux du MR (francophone) et de l'Open VLD (néerlandophone), chrétien-démocrate flamand (CD&V), verts d'Ecolo (francophone) et de Groen (néerlandophone). Tous ensemble, ils disposent d'une confortable majorité parlementaire avec 88 sièges sur 150, mais beaucoup doutent que cela suffise à tenir jusqu'en 2024, date des prochaines élections générales. Disponível em: <[https://www.liberation.fr/planete/2020/10/01/belgique-un-gouvernement-apres-quasiment-deux-ans-de-crise\\_1801047](https://www.liberation.fr/planete/2020/10/01/belgique-un-gouvernement-apres-quasiment-deux-ans-de-crise_1801047)> Acesso em: 17 nov. 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível comprovar que as crises políticas na Bélgica são influenciadas pelo caráter não monolítico da nação a partir da criação de sentimentos nacionalistas, o qual era o objetivo principal deste trabalho. Por meio da utilização de conceitos apropriados ao tema, como nação, nacionalismo, federalismo e democracia consensual conectados com a contextualização da criação do Estado da Bélgica, suas reformas estatais no decorrer da história e seu complexo sistema político, puderam-se identificar as crises políticas, seus indicadores e relação com o caráter não monolítico.

De acordo com as ideias de Miroir (1990) abordadas, os partidos nacionais não resistem às tensões entre as comunidades linguísticas na década de 1960. Sendo assim, entre 1968 e 1978, as famílias cristã, liberal e socialista dividiram-se em alas flamengas e francófonas, não havendo mais partidos a favor da unidade nacional. Esta transformação foi fundamental para a paisagem política ao ser refletida no nível institucional com o estabelecimento de um Estado federal dividido em Regiões e Comunidades e caracterizado por uma ampla descentralização de competências em diversos âmbitos.

As Regiões e Comunidades são competentes no que diz respeito à economia, emprego, agricultura, transporte, meio-ambiente, cultura, ensino, saúde, assistência social, acolhimento de imigrantes e também na pesquisa científica e relações internacionais destes assuntos. De fato, com as competências fortemente descentralizadas, basicamente organizando todo o suporte para a vida dos habitantes, não há muita identificação com a nação belga e o governo federal por parte dos flamengos e dos francófonos. Logo, é coerente os sentimentos nacionais belgas se destinarem primeiramente às suas regiões e comunidades, igualmente por conta dos condicionantes históricos apresentados.

Conforme abordado neste trabalho, a fraca identificação com a ideia da Bélgica como nação é especialmente verdadeira por parte dos flamengos, que durante sua história precisaram lutar pelo reconhecimento de seu território, cultura e idioma em um Reino linguisticamente e culturalmente francês. Os valões passam a se organizar de forma a conter a ascensão flamenga e defender um Estado unitário. Na contemporaneidade o fraco reconhecimento com a nação é visto na maioria de votos destinados ao partido flamengo nacionalista N-Va, sendo o ganhador das eleições de 2014 e 2019 na Região de Flandres.

No entanto, apesar da nação belga ser fragmentada em dois sentimentos nacionalistas, ela ainda existe, porém em moldes diferentes devido a divisão territorial e linguística que caracteriza o país e permite autonomia para que os indivíduos vivam de forma separada.

Mesmo assim, eles precisam compor um governo que represente o Estado da Bélgica e não somente suas regiões e comunidades, e pode se afirmar que o sentimento nacional belga pode ser encontrado durante momentos de representação internacional em competições esportivas e instituições europeias.

Mais algumas conclusões são permitidas. A representação da diversidade de interesses na sociedade belga gerou a necessidade institucionalizada do consenso para composições governamentais e modificações na Constituição. Conforme abordado, o consenso não acontece de forma simples na Bélgica e podem ser necessárias inúmeras e longas negociações para que os interesses sejam alinhados. “O sistema eleitoral belga oferece aos partidos políticos incentivos para prestar atenção apenas ao seu próprio grupo linguístico durante as campanhas eleitorais, e não há disposição em tudo para garantir a lealdade federal” (HOOGHE, 2012, p. 136, tradução nossa)<sup>58</sup>.

Ademais, a formação de maiorias para compor o governo federal permite muitas possibilidades de combinações entre os partidos que ganham representação conforme o resultado de eleições. As crises políticas de 2010 e principalmente a que se iniciou em 2018, se estendendo até o final de 2020, detalhado anteriormente, refletem de forma clara essa questão.

Por conseguinte, permite-se o questionamento em relação ao futuro deste sistema político belga. O processo de federalização iniciado em 1970 e oficializado em 1993 não foi suficiente para a instauração de uma estabilidade já que as reivindicações por autonomia ainda continuam por parte dos flamengos e francófonos, sendo necessárias mais duas reformas de Estado após 1993. Apesar de ser um Estado federalizado há pouco menos de trinta anos, é possível perceber as dificuldades entre as divergências presentes na relação entre as Regiões e Comunidades linguísticas que poderiam fomentar uma nova reforma de Estado, uma federalização mais centralizada ou até mesmo uma confederação de Estados belgas, conforme apoiado pelo N-VA. Sendo assim, estudos mais aprofundados sobre o *avenir* da Bélgica são relevantes. Para mais, outra problemática está nas consequências dessa nação fragmentada e as crises por ela influenciadas em relação à Bélgica enquanto membro da União Europeia. Além disso, o posicionamento e a realidade dos habitantes da Comunidade Germanófona da Bélgica em relação às crises e ao futuro do Reino também são consideráveis.

Por último, o questionamento que finaliza é em relação a como se estendeu o mais recente processo de negociação da formação da coalizão governamental, sendo formalizada

---

<sup>58</sup> The Belgian electoral system provides political parties with incentives to pay only attention to their own language group during electoral campaigns, and there is no provision at all to ensure federal loyalty.

somente após o recorde belga apresentado. Os interesses, as exigências e as objeções dos atores na cena política federal, dentre outros fatores influenciadores no momento de chegar a um consenso, são essenciais para se compreender por quais motivos foi preciso tanto tempo para que uma maioria conseguisse se unir. Por se tratar de um acontecimento recente, espera-se a composição de referências bibliográficas sobre o assunto para futuras conclusões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARWINE, Alan; MAYER, Lawrence. Belgium: The Politics of Extreme Segmentation. **The Changing Basis of Political Conflict in Advanced Western Democracies: The Politics of Identity in the United States, the Netherlands, and Belgium**. Estados Unidos: Palgrave Macmillan, 2013.

BARRETO, Ryan S. M. A federalização e as ações internacionais de *politiques*: um estudo comparativo da produção de política externa na Bélgica e na União Europeia. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 118p. 2016.

BÉLGICA. **A Bélgica de relance**. c2021. Disponível em <[https://www.belgium.be/sites/default/files/belgium\\_at\\_a\\_glance\\_pt\\_lowres.pdf](https://www.belgium.be/sites/default/files/belgium_at_a_glance_pt_lowres.pdf)> Acesso em 10 nov. 2021.

BÉLGICA. **Connaître le pays**. c2021. Disponível em: <[https://www.belgium.be/fr/la\\_belgique/connaitre\\_le\\_pays/histoire](https://www.belgium.be/fr/la_belgique/connaitre_le_pays/histoire)> Acesso em: 03 nov. 2021.

BÉLGICA. **La Belgique**. c2021. Pouvoirs Publics; Régions; Communautés; Provinces, Communes e Démocratie. Disponível em <[https://www.belgium.be/fr/la\\_belgique](https://www.belgium.be/fr/la_belgique)> Acesso em: 09 nov. 2021.

BÉLGICA. **Partis politiques**. c2021. Disponível em: <[https://www.belgium.be/fr/la\\_belgique/pouvoirs\\_publics/democratie/partis\\_politiques](https://www.belgium.be/fr/la_belgique/pouvoirs_publics/democratie/partis_politiques)> Acesso em: 15 nov. 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Nação. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Monarquia. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

BONAVIDES, Paulo. O Estado Unitário. BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2004. 498p.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.

CÂMARA DE REPRESENTANTES DA BÉLGICA. **Fiches info parlementaires**. n. 03.00, 2019. Disponível em: <[https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf\\_sections/pri/fiche/fr\\_03\\_00.pdf](https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf_sections/pri/fiche/fr_03_00.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2021.

CÂMARA DE REPRESENTANTES DA BÉLGICA. **Fiches info parlementaires**. n. 06.00, 2019. Disponível em: <[https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf\\_sections/pri/fiche/fr\\_06\\_00.pdf](https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf_sections/pri/fiche/fr_06_00.pdf)> Acesso em: 14 nov. 2021.

CÂMARA DE REPRESENTANTES DA BÉLGICA. **Fiches info parlementaires**. n. 09.02, 2019. Disponível em: <[https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf\\_sections/pri/fiche/fr\\_10\\_00.pdf](https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf_sections/pri/fiche/fr_10_00.pdf)> Acesso em: 14 nov. 2021.

CÂMARA DE REPRESENTANTES DA BÉLGICA. **Fiches info parlementaires**. n. 10.00, 2019. Disponível em: <[https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf\\_sections/pri/fiche/fr\\_10\\_00.pdf](https://www.lachambre.be/kvvcr/pdf_sections/pri/fiche/fr_10_00.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2021.

CRIEKEMANS, David. Foreign Policy and Diplomacy of the Belgian Regions: Flanders and Wallonia. In: D'HOOGHE, Ingrid; HUIJGH, Ellen (ed.). **Discussion Papers in Diplomacy**. Netherlands Institute of International Relation "Clingendael", 2010. Disponível em: <<http://www.clingendael.nl/>> Acesso em: 04 nov. 2021.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Da sociedade. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 23. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. 307p.

DELPÉRÉE, Francis. La Belgique: La Belgique existe-t-elle ?. **Pouvoirs**, [s. l.], n. 136, p. 9-19, 2011. Disponível em: <<https://www.revue-pouvoirs.fr/-136-La-Belgique-.html>> Acesso em: 05 nov. 2021

DESCHOUWER, Kris; REUCHAMPS, Min. The future of Belgian federalism: The Belgian Federation at a Crossroad. **Regional & Federal Studies**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 261-270, 31 maio 2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/toc/frfs20/23/3>> Acesso em: 5 nov. 2021.

DEWACHTER, Wilfred. La Belgique: Instabilité gouvernementale et stabilité ministérielle en Belgique. **Pouvoirs**, [s. l.], v. 54, p. 37-49, 1990. Disponível em: <<https://revue-pouvoirs.fr/-54-.html>> Acesso em: 30 out. 2021.

DW. **Bélgica volta a ter governo de maioria depois de 650 dias**. 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/b%C3%A9lgica-volta-a-ter-governo-de-maioria-depois-de-mais-de-600-dias/a-55103570>> Acesso em: 10 nov. 2021.

ELAZAR, Daniel J. **Federalism: an overview**. Pretoria: HSRC Publishers, 1995.

FARHAT, Nadim. Le conflit communautaire belge entre contingence identitaire et déterminisme historique. In: **Persée: Revue Française de Sciences Politiques**. 62:2, 231-254, 2012. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2012-2-page-231.htm>> Acesso em: 05 nov. 2021.

G1. **Nacionalistas flamengos deixam governo de coalizão na Bélgica**. 09 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/09/nacionalistas-flamengos-deixam-governo-d-e-coalizao-belgica.ghtml>> Acesso em: 17 nov. 2021.

G1. **Novo governo belga, dominado por partidos flamengos, toma posse.** 11 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/10/novo-governo-belga-dominado-por-partidos-flamengos-toma-posse.html>> Acesso em 17 nov. 2021.

G1. **Primeiro ministro belga renuncia.** 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/18/primeiro-ministro-belga-renuncia.ghtml>> Acesso em: 17 nov. 2021.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 145-159, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/752>> Acesso em: 15 out. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **Ideologies politiques.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/ideologies-politiques>> Acesso em: 05 nov. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **La question wallone.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/flamands-et-wallons/la-question-wallonne>> Acesso em: 06 nov. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **Le contentieux communautaire devient un casse-tête.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/flamands-et-wallons/le-contentieux-communautaire-devient-un-casse-tete>> Acesso em: 06 nov. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **L'union des Oppositions.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/regime-hollandais/lunion-des-oppositions>> Acesso em: 05 nov. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **Les préliminaires.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/revolution-belge/les-preliminaires>> Acesso em: 05 nov. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **Le gouvernement provisoire.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/revolution-belge/le-gouvernement-provisoire>> Acesso em: 05 nov. 2021.

HISTOIRE DES BELGES. **Les hostilités.** c2021. Disponível em: <<https://www.histoire-des-belges.be/au-fil-du-temps/epoque-contemporaine/revolution-belge/les-hostilites>> Acesso em: 05 nov. 2021.

HOOGE, Marc. The Political Crisis in Belgium (2007-2011): A federal system without federal loyalty. **Representation**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 131-138, 10 abr. 2012. DOI 10.1080/00344893.2012.653250. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/toc/fwep20/34/3>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

HOOGHE, Marc; DESCHOUWER, Kris. Veto Players and Electoral Reform in Belgium. **West European Politics**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 626-643, 11 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/toc/fwep20/34/3>> Acesso em: 3 nov. 2021.

JOURNAL DE MONTRÉAL. **Après 16 mois de crise, la Belgique a une coalition majoritaire et un nouveau Premier ministre**. 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www.journaldemontreal.com/2020/09/30/la-belgique-sur-le-point-davoir-un-nouveau-gouvernement>> Acesso em: 18 nov. 2021.

LETON, André. La Belgique: Les conflits communautaires facteurs de tension et facteurs d'apaisement. **Pouvoirs**, [s. l.], v. 54, p. 73-84, 1990. Disponível em: <<https://revue-pouvoirs.fr/-54-.html>> Acesso em: 30 out. 2021.

LE SOIR. **Ce que représente la coalition Vivaldi au sein du Parlement fédéral (infographie)**. 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www.lesoir.be/328453/article/2020-09-30/ce-que-represente-la-coalition-vivaldi-au-s-ein-du-parlement-federal-infographie>> Acesso em: 18 nov. 2021.

LIJPHART, Arend. O modelo consensual de democracia. In: LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MIROIR, André. La Belgique: La Belgique et ses clivages : contradictions structurelles et familles politiques. **Pouvoirs**, [s. l.], v. 54, p. 5-14, 1990. Disponível em: <<https://revue-pouvoirs.fr/-54-.html>> Acesso em: 30 out. 2021.

PÉREZ, Claudi. **Bélgica, o cómo sin Gobierno no se vive tan mal**. Bruxelas, 28 jan. 2016. Disponível em <[https://elpais.com/politica/2016/01/28/actualidad/1454013532\\_512285.html](https://elpais.com/politica/2016/01/28/actualidad/1454013532_512285.html)> Acesso em: 16 nov. 2021.

QUATREMER, Jean. **Belgique: un gouvernement après quasiment deux ans de crise**. Bruxelas, 01 oct. 2020. Disponível em: <[https://www.liberation.fr/planete/2020/10/01/belgique-un-gouvernement-apres-quasiment-deux-ans-de-crise\\_1801047/](https://www.liberation.fr/planete/2020/10/01/belgique-un-gouvernement-apres-quasiment-deux-ans-de-crise_1801047/)> Acesso em: 18 nov. 2021.

SINARDET, Dave. La Belgique: Le fédéralisme consociatif belge : vecteur d'instabilité ?. **Pouvoirs**, [s. l.], n. 136, p. 21-35, 2011. Disponível em: <<https://www.revue-pouvoirs.fr/-136-La-Belgique-.html>> Acesso em: 5 nov. 2021.

SOIS, Julien Da. **Après 21 mois sans gouvernement, la Belgique a enfin un nouvel exécutif**. In: CNews. 30 set. 2020. Disponível em: <<https://www.cnews.fr/monde/2020-09-30/apres-21-mois-sans-gouvernement-la-belgique-enf-in-un-nouvel-executif-1003582>> Acesso em: 18 nov. 2021.

STEPAN, Alfred. Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 96-107, 1990. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/i/1990.v4n8/>> Acesso em: 18 nov. 2021.

SWYNGEDOUW, Marc. Le Nouveaux Clivages dans La Politique Belgo-Flamande. In: **Persée: Revue Française de Sciences Politiques**, 45, 779-790, 1995. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/rfsp\\_0035-2950\\_1995\\_num\\_45\\_5\\_403574](https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1995_num_45_5_403574)> Acesso em: 06 nov. 2021.

TITAN JUNIOR, S. Que é uma nação?, de Ernest Renan. **Plural**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 154-175, 1997. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.1997.75901. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75901>> Acesso em: 30 out. 2021.

VIVRE EN BELGIQUE. **Organisation de l'État**. c2021. Disponível em: <<https://www.vivreenbelgique.be/10-institutions-belges/organisation-de-l-etat>> Acesso em: 14 nov. 2021.

VANDERMOTTEN, Christian. La crise de l'État belge. **EchoGéo**. Sur le vif, 2007. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/echogeo/2049>> Acesso em: 03 set. 2021.

VISSCHER, Christian de; LABORDERIE, Vincent. Les États d'Europe peuvent-ils éclater?: Belgique : stop ou encore ? Entre fédéralisme, confédéralisme et séparatisme. **Politique Étrangère**, [s. l.], n. 4, p. 23-35, 2013. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2013-4.htm>> . Acesso em: 06 nov. 2021.

WINTER, Lieven De; DUMONT, Patrick. Belgium: Delegation and Accountability under Partitocratic Rule. In: STRØM, Kaare; MÜLLER, Wolfgang C.; BERGMAN, Torbjörn (ed.). **Comparative Politics: Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies**. New York: Oxford University Press, 2003. cap. 6, p. 253-280.